

ATA NÚMERO DOIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO
DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO
DOIS MIL E DOZE _____

---Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e doze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade Municipal; _____
2. Apreciação da informação nº 1221/2012 – Declarações, nos termos do Artº. 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro (Assunção de compromissos e pagamentos em atraso das Entidades Públicas); _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2012/CM, referente ao Ajuste Direto para a Aquisição de Serviços de Medicina no Trabalho – Repartição de Encargos; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 48/2012/CM, referente à Atribuição de Apoio à Atividade da Associação Oficina Ciência Viva de Tavira; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 56/2012/CM, referente ao Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de Manutenção do Ascensor Instalado no Núcleo Museológico Islâmico – Compromissos Plurianuais; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 59/2012/CM, referente à Prestação de Contas de 2011; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 61/2012/CM, referente ao Regulamento de Atividades Diversas - Alteração; _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 62/2012/CM, referente ao Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade - Alteração; ___
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 63/2012/CM, referente ao Procedimento para a Aquisição de Energia Elétrica em Regime de Mercado

- Liberalizado, ao Abrigo do Acordo Quadro Nº AQ18-ENE-2011 – Lote 5, da ANCP para Instalações Alimentares em Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), nos Termos do Artigo 259º do Código dos Contratos Públicos; _____
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 64/2012/CM, referente ao Ajuste Direto – Aquisição de Gás Propano em Botija – Repartição de Encargos; _____
 11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 65/2012/CM, referente ao Parecer Prévio Vinculativo para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica a Equipamento e Rede Informática Local e Repartição de Encargos; _____
 12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 67/2012/CM, referente à 1ª. Revisão ao Orçamento; _____
 13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 73/2012/CM, referente à Alteração ao Artigo 4º do Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Tavira; _____
 14. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 74/2012/CM, referente ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Versão Final; _____
 15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 75/2012/CM, referente ao Regulamento Municipal de Taxas, Tabela e Fundamentação – Versão Final; _____
 16. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 76/2012/CM, referente à Alteração ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Tavira; _____
 17. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 78/2012/CM, referente ao Ajuste Direto – Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Fotocopiadoras e Locação de Equipamentos com Opção de Compra – Repartição de Encargos. _____
- O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. _____
- Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Guida Alexandra Pacheco de Jesus, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Jean-Pierre Patrick Ranger, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, José Alberto Godinho Correia, José Flaviano Cruz Palma, José Liberto da Conceição Graça, José Manuel Baptista do

Carmo, José Mateus Domingos Costa, José Ótilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Paulo Marques, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Muriel Cristina Dias, Nuno Miguel Pires da Silva Encarnação, Pedro Manuel do Nascimento, Rui Alexandre da Ressurreição Gabriel, Rui Manuel Pereira António, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro.

---Os membros José Epifânio Martins Graça, Dulce Cláudia Paixão Bernardo e Fernando Augusto Pereira solicitaram a substituição tendo sido substituídos pelos membros Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação, Rui Manuel Pereira António e José Flaviano Cruz Palma, respetivamente. _____

---O Membro Jorge Francisco Silva foi substituído por Guida Catarina Pacheco de Jesus. _____

---O Membro Carlos Manuel do Livramento Baptista, substituído por Maria Margarida Viegas dos Santos. _____

---Solicitaram, ainda, a substituição os membros Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes e Paulo Renato Faleiro Silva tendo sido substituídos por Luís Paulo Marques, Mónica Alexandra de Miranda Ferreira Camacho e Rui Alexandre da Ressurreição Gabriel, respetivamente. _____

---Efetuada a chamada e tendo constatado que haviam vinte e nove presenças, o Presidente da Assembleia abriu a sessão com a indicação de que o membro em falta, o tinha informado que chegaria com um ligeiro atraso pois estava ainda em viagem. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que primeiramente gostaria de propor àquela Assembleia um voto de pesar em honra de um grande português e cidadão do mundo, o Dr. Miguel Porta, pedindo ainda, um minuto de silêncio em honra da sua memória. _____

---Terminado o minuto de silêncio, colocou à consideração dos presentes o voto de pesar e indagou se alguém se pretendia pronunciar. Passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo. _____

---O Membro José Manuel do Carmo referiu que em primeiro lugar gostaria de agradecer a iniciativa do Presidente da Assembleia e, em segundo lugar, agradecer reconhecidamente a intervenção realizada pelo Membro Brandão Pires, no passado dia vinte e cinco de abril, a quem publicamente gostava de agradecer, pois não só o tinha emocionado fortemente como correspondia ao que ele provavelmente não conseguiria exprimir tão bem como o Membro Brandão Pires o tinha feito. _____

---Relativamente a Miguel Portas, disse que este tinha organizado em Tavira o primeiro

encontro Europeu dos Partidos de Esquerda. Tratava-se do primeiro encontro do Partido de Esquerda Europeu organizado em Portugal e, tinha sido realizado em Tavira por iniciativa de Miguel Portas. Tinha representado um momento alto, importante, e que por gostar de Tavira, tinha entendido ser o local onde se deveria radicar. _____

----O Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. _____

----Perguntando se alguém tinha algo a referir sobre a ata da sessão de vinte e oito de fevereiro, colocou-a a votação que foi aprovada com vinte e seis votos a favor e três abstenções. A Membro Filipa Lourenço ainda não se encontrava presente. _____

----Seguidamente, o Presidente da Assembleia, informou que iria passar a palavra aos representantes na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pois tinham-se realizado duas reuniões, dias dezasseis de março e treze de abril, no espaço que mediava aquela Assembleia e a anterior. Passava, por isso, a palavra ao Membro José Alberto Correia para informar sobre o que, naquelas reuniões, se havia passado. _____

----O Membro José Alberto Correia informou que desde a Assembleia anterior, de vinte e oito de fevereiro, a CPCJ alargada tinha reunido várias vezes pois encontrava-se num processo de dinamização muito profundo, muito sério, e muito interessado em implementar no Concelho um projeto, uma rede de âmbito nacional, cujo nome era “*Tecer a Prevenção*”. _____

----Acrescentou que na reunião da comissão, realizada em dezasseis de março, tinha estado presente a Dra. Noémia Madeira, responsável nacional da CPCJ, que tinha procurado dinamizar e configurar o trabalho a desenvolver no sentido de que a comissão alargada pudesse ser ampla de modo a se integrarem no excelente trabalho que a comissão restrita tinha realizado, ou seja, efetuar a criação de diagnósticos sobre o risco e o perigo para as crianças e jovens do Concelho, para oferecer à Autarquia e à comunidade algumas ferramentas que prevenissem certos casos que a atual conjuntura vinha a potenciar. Assim, aquela reunião não tinha sido considerada propriamente como uma reunião ordinária, tendo sido mais uma reunião de articulação e entrosamento dos membros, diálogo e constituição de equipas de trabalho. _____

----Continuou referindo-se à outra reunião realizada em treze de abril, cujo objetivo tinha sido trabalhar de modo a concluir o tipo de missão proposta, definindo estratégias com vista à elaboração do diagnóstico local. Para a concretização do diagnóstico local, os cerca de trinta e três membros da comissão alargada, para além dos onze da restrita, iriam constituir grupos e subgrupos de trabalho no sentido de compilar um dossier que permitisse a criação de “*outputs*”

úteis, através de uma calendarização muito rígida. _____

----Naquele mesmo dia, tinham tido uma reunião informal para permitir que as pessoas conhecessem o espaço da CPCJ. Tratava-se de um espaço agradável, central, perto da Docapesca mas que, no entanto, apesar de ser um espaço novo e moderno, tinha algumas limitações, nomeadamente, ao nível da receção de vítimas ou de potenciais denúncias. Não existia, naquele espaço, confidencialidade para a receção de queixas por ser aberto, verificando-se assim, grande dificuldade em receber convenientemente os processos e conduzi-los de forma devida. _____

----O Membro José Alberto Correia referiu que aproveitava para informar a Autarquia daquela necessidade para que, na medida do possível, não deixassem esquecido que poderia ser necessária a criação de um espaço alternativo, eventualmente um gabinete, naquele ou em outro local, que permitisse uma maior privacidade. Quem visitasse a CPCJ e ficasse nas cadeiras à entrada, que juntamente com a mesa de trabalho formavam a receção, estavam apenas separados por um biombo que permitia a audição do que quer que se passasse no interior, impedindo assim um bom desenvolvimento do trabalho. _____

----A Membro Filipa Alexandra Costa Lourenço entrou na sala pelas vinte e uma horas e vinte minutos. _____

----O Membro José Alberto Correia indagou ao Presidente da Assembleia se pretendia que se referisse de imediato à reunião da comissão de toponímia, o que se verificando, acrescentou que esta se tinha realizado no passado dia nove de abril, onde tinham analisado as propostas apresentadas, nomeadamente, pela Junta de Freguesia da Conceição de Tavira e por alguns cidadãos. As propostas tinham sido votadas e deliberadas e tinham constatado a existência de muitos pendentes para atribuição de nomes porque, presentemente, o ramo da construção não estava favorável à atribuição de muitos nomes devido à conhecida situação que existia no país. _____

----Acrescentou, que aproveitava a ocasião para parabenizar mais uma vez o DCPT – Departamento de Cultura Património e Turismo da Câmara Municipal de Tavira porque de livre vontade e com entusiasmo, iria analisar, recolher e catalogar o espólio de uma obra de um taviense já falecido, de seu nome, Telmo Palma. Esperavam portanto, que dentro de alguns anos existisse um testemunho substancial quer em documentos quer em matéria-prima daquele cidadão, cujo reconhecimento pudesse passar para além das fronteiras do país. _____

----O Presidente da Assembleia dirigindo-se à bancada do PSD – Partido Social Democrata,

perguntou se algum representante daquela bancada tinha estado nas reuniões pretendendo acrescentar alguma coisa, que não se verificando, comunicou que pretendia dar conhecimento de uma carta recebida da FENPROF – Federação Nacional de Professores, em que solicitavam que o assunto dos grandes agrupamentos de escolas fosse divulgado e, se possível, discutido na sessão da Assembleia. Não iriam discutir o assunto, contudo dava conhecimento que a FENPROF estava preocupada com o desenvolvimento dos mega agrupamentos e por isso, pedia para que aquela questão fosse discutida nos Órgãos Municipais, Câmara e Assembleias, razão porque estava a dar conhecimento da carta. Acrescentou, que se dispensava de ler a mesma porque estava disponível para todos os membros que a quisessem ler. Tinha apenas três considerando, não sendo por isso um texto muito extenso. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que tinham dado entrada na mesa da Assembleia, duas moções. A primeira, apresentada pela representante da CDU – Coligação Democrática Unitária, com o título *“Contra a extinção de freguesias em defesa do poder local democrático”* e a segunda, apresentada pelo BE – Bloco de Esquerda subordinada ao título *“Em defesa da realização obrigatória de consulta popular”*. _____

----Continuou solicitando à Assembleia e, se os membros não se importassem faria a votação em simultâneo, que se pronunciassem sobre a aceitação para discussão e posterior votação das moções apresentadas. _____

----Verificando a aceitação por parte dos membros, disse que iriam iniciar com a discussão da primeira moção, entregue pela CDU – *“Contra a extinção de freguesias em defesa do poder local democrático”*, para o que, solicitava à Membro Isabel Santos que fizesse a defesa da mesma. _____

----A Membro Isabel Santos disse que a CDU estava preocupada com a extinção das freguesias que se tratava de uma orientação cujo objetivo era o de evitar despesas de estado não tendo, portanto, em atenção o bem estar das populações, a proximidade e o apoio que as freguesias traziam às mesmas. Presentemente não tinham dúvidas, sabiam que tal começava pelas Freguesias estendendo-se depois aos Municípios, aos representantes das Assembleias e a todo o poder local. O Governo com base na diminuição das despesas ia tentando aniquilar o poder local, a representatividade e força que as populações tinham e o apoio que elas sentiam por partes dos Órgãos Locais. Assim, todos os Autarcas, todos os eleitos das Autarquias deviam unir esforços para junto das entidades oficiais fazerem o seu combate contra aquela lei e contra o propósito do Governo, e seria do interesse de todos orientarem e tomarem aquela luta em

conjunto. _____

----O Presidente da Assembleia referindo que as várias bancadas tinham uma cópia da moção, perguntou se alguém se queria pronunciar e passou a palavra ao Membro Brandão Pires. _____

----O Membro Brandão Pires disse que era já a segunda ou terceira vez que aquele tema era abordado naquela Assembleia Municipal estando, por isso, presente nas discussões. Relativamente ao tema das Freguesias considerava que haviam pelo menos três ou quatro vertentes a terem em consideração naquela discussão. Genericamente concordava com o teor da moção ou das moções pois pensava que não se poderiam por em causa os serviços de proximidade, os serviços de apoio aos cidadãos que numa altura de maiores dificuldades, menor coesão social, mais do que nunca, eram importantes faróis, pontos de apoio mesmo que não fossem tão efetivos quanto isso, mas que para as pessoas que acorriam às Freguesias, muitas vezes a pedir apoio, outras apenas para conversar, eram pontos importantes. _____

----Por outro lado, do ponto de vista da participação das Juntas de Freguesia, estas eram os embriões da participação democrática e era a partir das Freguesias, dos Municípios e das Assembleias Municipais que a democracia participativa era defendida, pelo que, ao serem eliminadas estava-se também a reduzir aquela componente da participação democrática dos cidadãos, da formação do interesse pela política, do interesse pela participação cívica e social. Considerava pois, que o processo estava errado, que era um processo que á partida não devia começar pelas Freguesias que estavam a ser penalizadas. Pensava que se podia encarar a questão da redução ou aumento das Freguesias mas numa discussão mais vasta, numa discussão de reforma do poder local, da Administração Autárquica, de reforma do Estado, mas não pura e simplesmente as Freguesias, pois considerava precipitado e ficava algo fora de propósito faltando-lhe, do seu ponto de vista, algum enquadramento. _____

----Quanto ao quarto vetor que julgava ser de considerar, estava relacionado especificamente com o Algarve. O Algarve tinha cerca de cinco por cento do território nacional e cerca de quatro por cento da população nacional, todavia, tinha apenas um virgula nove por cento das Freguesias o que queria dizer que, quaisquer que fossem os critérios de racionalização das Freguesias a nível nacional, este nunca poderia ser aplicado do mesmo modo ao Algarve, por razões históricas e de vária ordem, pois o Algarve não tinha muitas Freguesias tendo muito poucas até. _____

----Para concluir disse que, quer para a Freguesia enquanto instrumento para servir a população, quer para a Freguesia enquanto instrumento que deveria estar disseminado por

todo o território e portanto haver uma certa proximidade, aquela medida política em relação ao Algarve deveria ser repensada pela sua particularidade. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se haviam mais questões sobre a moção. Passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo. _____

----O Membro José Manuel do Carmo referiu que dificilmente não diria na discussão seguinte o mesmo que iria dizer naquele momento porque, e sem querer ser muito longo, referia que aquela moção recolhia, obviamente, o voto favorável do BE pois no que a eles dizia respeito, no Concelho de Tavira e em larga medida repetindo alguns dos argumentos que tinham sido apresentados pelo Membro Brandão Pires, pelo PS – Partido Socialista, não fazia sentido uma reforma administrativa que se centrava nas Freguesias, quando era todo o território que tinha que ser repensado, como já tinha dito na última sessão exatamente com o mesmo tipo de argumentos. _____

----Continuou dizendo que aquela lei não fazia qualquer sentido porque não se inseria em qualquer lógica de reorganização do território. Além disso, o que era pedido era que se efetuasse um corte cego, não tendo o corte nas Freguesias qualquer lógica de reorganização do território sendo este meramente burocrático, nem sequer podia dizer que fosse mercantilista ou economicista porque sabiam que aquela reorganização que era pedida não teria qualquer impacto significativo na austeridade ou no Orçamento do Estado e, portanto, era uma proposta abstrusa devendo por isso ser rejeitada liminarmente, sem prejuízo do que iria dizer seguidamente, de defenderem que o país mudava, as dimensões mudavam e, naturalmente, a reorganização administrativa seria eventualmente uma necessidade, mas seria uma necessidade num quadro de uma profunda discussão sobre a reorganização do território. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma intervenção, que não se verificando, colocou a moção apresentada pela CDU, *“Contra a extinção de Freguesias em defesa do poder local democrático”* à votação. _____

----A moção foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sete contra e duas abstenções. _____

----Passou à moção apresentada pelo BE – *“Em defesa da realização obrigatória de consulta popular”* cujo tema era o mesmo embora a moção fosse outra. Passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo para que fizesse a defesa da mesma. _____

----O Membro José Manuel do Carmo disse que, na última Assembleia, tinha defendido uma proposta semelhante sobre a necessidade de ser efetuada uma consulta popular. Naquela

altura, a proposta tinha sido rejeitada e o argumento mais consistente tinha sido o de que não era ainda o tempo. Assim, partia do princípio que tendo passado o tempo, naquele momento já seria o tempo, não obstante, poderem dizer que a Lei ainda não estava publicada em DR – Diário da República e que algumas alterações poderiam ainda vir a acontecer. Contudo, ao votarem a proposta anterior deixavam-no presumir que o tempo já seria considerado como o tempo certo. Algumas alterações ainda poderiam acontecer no próprio documento legal, todavia, essas alterações não mudariam a sua substância, pois poderiam verificar-se pequenas alterações, mas não uma mudança essencial como a que tinham acabado de votar, não fazendo o processo em si, qualquer sentido. _____

---Continuou dizendo que, na sua essência, o que a moção apresentada pelo BE diferia da anterior, que nisso fossem claros, era apenas no facto de que se viesse a acontecer por imposição do Governo não ouvindo as opiniões das Assembleias, obrigatoriamente teria que ser realizada uma consulta popular. Era pois, uma garantia de que houvesse ou não o reconhecimento por parte do Governo do que tinha sido acabado de votar na proposta da CDU, pudesse, no entanto, haver uma salvaguarda de que as populações se pronunciarão. Esse facto era uma oportunidade para que o povo participasse dizendo de sua vontade. _____

---Concordava que eles eram os representantes do povo na medida em que eram os membros de uma Assembleia Municipal valendo os seus votos por isso mesmo, porém, considerava importante ouvir as populações afetadas pelas medidas e julgava que todos os presentes, mesmo os que eventualmente pudessem não querer votar a favor daquela proposta, estariam de acordo com aquela ideia. _____

---Acrescentou que no essencial era aquela a proposta do BE que apesar de ter alguns comentários e considerandos interessantes se dispensava de lê-los, pois certamente todos os poderiam ler se assim o entendessem. _____

---Disse ainda, que a estrutura das Freguesias que queriam fazer parecer que era um luxo lusitano, cabia perfeitamente no que era a estrutura dos diversos países europeus. Informava que, em média, a unidade territorial na União Europeia tinha cerca de cinco mil e oitocentos habitantes, pelo que, as Freguesias portuguesas não eram um luxo, algo de barroco que os portugueses tinham inventado. A dimensão correspondia à dimensão aproximada, básica da representação direta dos habitantes locais, portanto, considerava que o que estava a ser feito, como já tinha referido anteriormente, era abstruso. _____

---O Membro José Manuel do Carmo concluiu dizendo que com aquela moção e já tendo sido

aprovada a anterior, criariam a oportunidade para, caso fossem forçados a avançar, disporem de uma margem de manobra, de uma salvaguarda segura que seria o próprio povo. _____

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. _____

----O Membro José Alberto Correia referiu que não podia deixar passar em claro a colagem da moção do BE à da CDU pois, o que tinham votado quanto à moção da CDU tratava-se de uma apreciação global, não como aquela que não lhe parecia correta do ponto de vista jurídico como os ilustres advogados ali presentes poderiam confirmar. _____

----Da leitura da moção do BE o que lhe parecia era que estava-lhes a ser pedido que cometessem uma ilegalidade, pois no último paragrafo *“A Constituição da República já dispõe que a criação, extinção e modificação de autarquias locais e respetivo regime é da exclusiva competência da Assembleia da República (artigos...”*, pelo que, era certo que poderiam ser ouvidos, mas em negrito referia *“As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permitia”*, todavia parecia-lhe que a lei portuguesa não o permitia. _____

----Assim, e porque tinha estado presente numa sessão de esclarecimento sobre aquela temática, realizada em Faro, que tinha contado com a presença do Secretário do Estado e outros membros do Governo, e porque lhes tinha sido transmitido que o referendo não era possível naqueles casos, a sua posição era contrária, não propriamente ao ponto número um de *“...considerar que a lei aprovada não responde de forma adequada às necessidades e anseios dos autarcas...”* mas por *“Defender a realização obrigatória de consultas locais...”*. _____

----O Membro José Manuel do Carmo disse que apenas pretendia clarificar uma questão. Na moção não era proposto o referendo mas sim uma consulta popular. A consulta popular significava uma auscultação das populações. O que estava escrito era *“consultas locais”* e não referendo. _____

----O Membro Brandão Pires interveio para dizer que também não concordava com o proposto na moção precisamente por via do que o Membro José Alberto Correia tinha referido, pela via do referendo. Não era jurista, pelo que, não sabia se era ou não legal, mas tratava-se de uma matéria que na sua opinião não era suscetível de ser referendada. Havia matérias que considerava ser o estado a dispor dos instrumentos para poder atuar sem estar sujeito ao instrumento do referendo, como claramente em matérias de impostos que eram matérias dificilmente referendáveis por ser expetável o resultado, contudo o estado necessitava de

aplicar impostos. _____

----Assim, do seu ponto de vista, a matéria de reorganização do território era também uma matéria não suscetível de ser referendável, pelo que, também não votaria a favor daquela moção. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se haviam mais intervenções e verificando que não, colocou a moção a votação. _____

----A moção foi rejeitada com vinte e um votos contra, sete a favor e duas abstenções. _____

----O Membro Rui Horta disse que no seguimento do assunto discutido, gostaria de questionar sobre o grupo de trabalho criado para se debruçar sobre aquele tema, para quando era previsível que o grupo começasse a reunir, trabalhar. _____

----O Presidente da Assembleia respondeu que seriam dois dias após o Governo lhe fazer chegar o que estava previsto na lei. Podia garantir que convocaria o grupo de trabalho no prazo máximo de dois dias. _____

----Tinha estado na reunião realizada em Faro e já mencionada, tal como alguns dos presentes e tinha verificado um conjunto de alterações à lei. Todos sabiam que cabia à Assembleia Municipal tentar resolver a questão, para o que tinha sido criado o grupo de trabalho que, supostamente disporia de noventa dias, ou possivelmente menos, mas tendo ele o seu tempo como um bem precioso e tendo a lei sido aprovada no dia treze anterior, iria ainda ser ratificada, pelo que, quando dispusesse da mesma, convocaria o grupo de trabalho. _____

----O Membro Rui Horta deu-se por esclarecido. _____

----O Presidente da Assembleia abriu o período antes da Ordem de Trabalhos informando que os membros, se o entendessem, poder-se-iam inscrever. Passou a palavra à Membro Isabel Santos. _____

----A Membro Isabel Santos referiu que a CDU gostaria de levantar duas questões à Câmara Municipal. Relativamente à comida das cantinas das escolas do Concelho, gostariam de pedir à Câmara Municipal se poderia efetuar, não naquele momento, mas proximamente, o balanço sobre como o contrato estava a ser executado porque tinham tomado conhecimento de reclamações quanto à quantidade e qualidade da comida. Relativamente à quantidade muitas vezes a comida não chegava, outras, não estava bem confeccionada e a CDU sabia que devido às circunstâncias sociais a refeição escolar era uma das principais refeições que muitas crianças tinham. Em relação àquele contrato, não sendo pior do que o que vigorava anteriormente e que tinham tentado solucionar, que também não era viável, contudo o que sabiam era que a

comida que era confeccionada nas escolas por cozinheiras contratadas, não nas escolas primárias mas na Dom Paio e Dom Manuel era muito melhor e que todas as crianças gostavam da comida, parecendo que a atual não era tão bem confeccionada. _____

----Assim, solicitavam que fosse vista a possibilidade de efetuar um balanço de modo a equacionar se teria válido a pena a alteração. _____

----Outra questão que gostavam de colocar estava relacionada com a estrada de Cachopo. Já ali tinham feito uma referência á situação em que se encontravam alguns troços daquela estrada. Como sabiam, havia uma curva no troço antes da Portela da Corcha onde apenas se podia circular por uma faixa. Assim, alertavam para a possibilidade da situação ser resolvida com a máxima urgência, até porque, se tratava de uma estrada por onde circulavam carrinhas de transporte de crianças para a escola e se estava a tornar muito perigosa. _____

----O Membro José Vitorino referiu que o assunto que queria ali apresentar se relacionava com o facto de na última sessão da Assembleia, um Deputado Municipal ter apresentado uma proposta aprovada por unanimidade para que as senhas de presença a receber pela sessão do dia vinte e cinco de abril fossem doadas a uma instituição em vez de serem recebidas pelos membros. O que queria apresentar era a candidatura de uma Associação da sua Freguesia para receber aquela verba. Não sabia a quem seria entregue, contudo deixava ali um alerta porque, nomeadamente, a Associação O Pontão estava a viver dificuldades sérias para concluir a sua obra e, mesmo sabendo que aquela verba não iria melhorar substancialmente a situação, poderia ser uma ajuda. _____

----O Presidente da Assembleia mencionou que lamentava informar o Membro José Vitorino que a sessão do dia vinte e cinco de abril tinha sido uma sessão Solene e não uma sessão da Assembleia Municipal, pelo que, não haveria lugar a senhas de presença. Acrescentou que se lhe perguntassem porquê, o que estava á espera que fizessem, a resposta encontrava-se na Ordem de Trabalhos daquele dia. Se aquela Ordem de Trabalhos tivesse sido incluída nas comemorações do dia vinte e cinco de abril, certamente, não teriam comemorado aquela data. Também, não fazia sentido reunir no dia vinte e cinco e novamente no dia vinte e sete. _____

----Seguidamente passava a palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões da Membro Isabel Santos. _____

----O Presidente da Câmara referiu que para responder à questão da estrada de Cachopo, de Vale Murta, gostava de enquadrar a situação. A Portela da Corcha já se encontrava reparada. Tinham, naquele momento, um procedimento aberto para reparar Vale Murta e a estrada do

Fojo que era ali mais perto e que tinham sido partidas pelas intempéries, sendo Vale Murta também pela carga a que tinha sido sujeita. Estavam partidas há pouco mais de dois anos. Como não tinham sido reparadas até ao presente, porque não havia verba disponível e devido ao facto de terem sido efetuados estudos geotécnicos que resultavam num valor elevadíssimo para a reparação, tinham aberto o procedimento já que tinham chegado a acordo com a REN – Rede Elétrica Nacional, para o pagamento de uma indemnização, que já tinham recebido, de trezentos mil euros, pela depreciação da estrada devido a feitura da Estação de Muito Alta Tensão instalada na Amoreira. A partir do momento em que a verba tinha sido recebida, tinha sido aberto o procedimento que se encontrava naquele momento em fase de concurso para que rapidamente, e tratava-se de uma obra breve pois não iriam utilizar o estudo geológico e sim, curtir a estrada. Enalteceu o papel do Presidente da Freguesia de Santa Maria, Messias, que tinha tido um papel bastante ativo ao negociar com o dono do terreno para permitir a passagem da estrada. Acrescentou que esperava que durante o seguinte meses de maio, junho, a situação naquela zona estivesse reposta. _____

----Quanto à verba restante seria dedicada à estrada de Cachopo porque o recibo da REN, que tinha assinado referente aos trezentos mil euros, comprometia-o na reparação da estrada de Cachopo. Assim, como podiam ter problemas com as verbas, os compromissos e os cabimentos, cujo tema estava na ordem do dia, tinham resolvido condicionar, alocar aquela verba numa conta bancária para aquela reparação. Considerava que era uma situação grave e que já se prolongava à demasiado tempo, contudo não tinham conseguido repará-la, não por desleixo, como alguns pensavam e tinham manifestado o seu desagrado com a colocação de baias e algumas pessoas desnudas na estrada. Compreendia a posição da população pois era uma situação que tinha demorado bastante tempo a solucionar e que era resultante das questões que tinha acabado de apresentar. _____

----Respondendo à questão levantada sobre a comida escolar, o Presidente da Câmara, disse que certamente iriam efetuar um balanço até porque estavam no final do ano letivo. Naquele momento, tinham uma engenheira alimentar, que fazia parte dos quadros da Câmara, a acompanhar e monitorizar as refeições escolares. _____

----Referiu que queria distinguir duas situações porque já não se encontravam propriamente no patamar do primeiro dia. Quando tinham tomado a posição de alterar o regime escolar, o compromisso que tinham assumido era o de acabar com a comida refrigerada, pois em Tavira, como já tinha referido variadíssimas vezes, existiam dois regimes de comida escolar, o que

consideravam absolutamente inadmissível. Assim, para as crianças dos sétimo, oitavo e nonos anos, comiam nos refeitórios com a gestão dos mesmos efetuada pelos Agrupamentos e eram os funcionários da Câmara que estavam nos refeitórios a confeccionar a comida com dificuldades, porque eram apenas duas funcionárias para um conjunto de POCs – Programas Ocupacionais. Aquela gestão tinha sido difícil e verdadeiramente não tinham condições de a manter. Relativamente às crianças do pré-escolar até ao sexto ano, comiam comida refrigerada proveniente de Lisboa. Assim, a avaliação que podiam fazer, e que lhes era transmitida pelos pais, professores e pessoal não docente, era que as crianças do pré-escolar até ao sexto ano estavam a comer incomensuravelmente melhor. De facto, em relação aos alunos dos sétimo, oitavo e nono anos, a quem também eram fornecidas as refeições escolares, já que tinham estabelecido um protocolo com o Ministério da Educação, considerava que tinham melhorado bastante em qualidade pois estavam a trabalhar conjuntamente com as Associações de Pais e recebiam, diariamente das escolas, uma tabela de monitorização onde constavam as condições como a comida chegava, se estava boa, se estava salgada, se estava quente, ou seja, uma tabela efetuada pelos funcionários que por vezes indicavam que as quantidades não eram suficientes. Estavam pois, a trabalhar com a empresa no sentido de melhorarem significativamente, e pelas informações que dispunha, era o que lhe parecia estar a acontecer.

----Gostava de acrescentar que a empresa não tinha sido escolhida por serem todos amigos. A empresa tinha sido escolhida resultante de um concurso público internacional, através da Agência Nacional das Compras Públicas onde só figuravam empresas pré-qualificadas pelo Ministério de Educação. Para o Algarve apenas duas empresas podiam fornecer aquele tipo de serviços, pelo que, ou era aquela ou a Gertal, S.A. Quem tinha ganho o concurso tinha sido a empresa que estava presentemente e nada garantia que mudando para a outra empresa o resultado fosse melhor.

----O Presidente da Câmara disse ainda que tinham vindo, por uma questão de avaliação, a registar as não conformidades detetadas, estavam permanentemente disponíveis para falar com os pais, encarregados de educação e pessoal docente sobre a qualidade e, se assim o entendessem, os pais poderiam comer na escola a comida do dia não necessitando sequer de tirar senha. Acrescentou, que tinham fornecido o caderno de encargos, que era público, aos pais e Associação de Pais da Escola Dom Manuel, para poderem monitorizar, verificar o custo, quais os requisitos, verificarem como se tratava de um processo limpo, com uma empresa certificada no mercado, que dispunha de títulos de qualidade, pelo que, certamente, estaria

interessada em manter aquele trabalho. _____

----A comida era confeccionada nos refeitórios das escolas e aquela medida tinha permitido que, com encargos para a empresa, tivessem sido contratados cerca de dezasseis funcionários para as escolas, permitiu fornecer comida fresca confeccionada diariamente, o que permitiu à Câmara libertar os funcionários que tinha afetos às cantinas para os serviços de auxiliar e a redução de cerca de quarenta POCs ou desempregados a trabalhar nas escolas, substituindo-os por mais trinta funcionários municipais para cuidar das crianças. _____

----Não podiam voltar atrás porque não dispunham de plano “B” e porque tinham assinado um protocolo com o Ministério da Educação para a gestão dos refeitórios e, contas feitas tinham que reduzir custos, não reduzindo qualidade mas custos. _____

----O protocolo celebrado com o Ministério da Educação no anterior Executivo, dava prejuízo à Câmara, pois todos os anos, com os transportes escolares incluídos, representava um prejuízo de oitocentos e cinquenta e um mil euros, uma verba que estavam a subsidiar o Ministério da Educação mas que o faziam em nome das famílias e das crianças tavienses. Eram contas certas e aquela discussão seria realizada muito brevemente pois, presentemente, com a quebra de receitas tinham que verificar onde estava a causa das coisas e, através da contabilidade de custos que tinham implementado, tinham chegado à conclusão que aquele protocolo, celebrado no início do ano de dois mil e nove, dava prejuízo de centenas de milhares de euros à Câmara. _____

----Acrescentou, que a intenção era de fornecer serviço de qualidade, que estavam amplamente disponíveis para com as famílias detalhar todo o processo de fornecimento de refeições, mas era necessário ter responsabilidade, principalmente os Autarcas eleitos, mas também todas as pessoas, porque se verificava que algumas crianças diziam que a comida não era boa apenas porque queriam ir comer a outro local, pelo que, era necessário distinguir o que era uma má prestação da alimentação num dia concreto, geralmente pratos de peixe que as crianças não comiam. _____

----Referiu ainda, que haviam dias em que a comida não seria a melhor, mas quando ele comia no refeitório também assim era, contudo tinha a certeza de que a comida era confeccionada em Tavira, todos os dias, com produtos frescos. Mencionou que há alguns dias atrás, tinha acompanhado todo o processo de distribuição da comida nas escolas, tinha visto como faziam, como chegava, a medição da temperatura, todo o processo e, tinha verificado a existência de alguns problemas, nomeadamente com as instalações de Cabanas. Presentemente, tinham

destacado a engenheira alimentar para terem mais certezas e, obviamente, estavam preocupados com o número de pessoas para quem tinham que confeccionar a comida, o que também constituía uma preocupação que estava a ser registada como uma não conformidade, sendo que, muitas vezes a quantidade, em algumas circunstâncias e, naquela matéria a Membro Isabel Santos tinha razão, pois tinha conhecimento que não era fornecida em quantidade suficiente, especialmente aos mais crescidos, porque como tinha referido, até ao sexto ano, não tinham qualquer registo, sendo entre os sétimo e nonos anos que tinham indicações que as quantidades careciam de ser reforçadas em algumas ocasiões, o que já tinham participado à empresa. _____

---Aquele era o primeiro ano, pelo que, esperava que a situação fosse melhorando, o que aliás, lhe parecia que estava a acontecer. Sobre a qualidade da comida, as exigências microbiológicas, estavam completamente seguras até porque já tinham tido, por várias vezes, a visita da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e do Delegado de Saúde. _____

---A Membro Isabel Santos referiu que a questão que tinham levantado era mais em relação à Escola Dom Paio visto se terem verificado situações como por exemplo, uma criança comer três dias seguidos douradinhos em substituição da comida do dia que não tinha sido suficiente. ____

---O Presidente da Câmara informou que relativamente à Escola Dom Paio, tinha havido algum tempo em que não remetiam a tabela de monitorização solicitada pela Câmara. _____

---Presentemente eram fornecidas mil e setecentas refeições por dia, tendo num só ano, passado de seiscentas e setenta para mil e setecentas refeições. Quando a Escola da Horta do Carmo tivesse a sua cozinha a funcionar, o que aconteceria no ano seguinte se tudo corresse normalmente, passariam a ter três cozinhas para confeccionar mil e setecentas refeições que, seguramente, representaria menor quantidade em cada cozinha, melhorando assim as condições. _____

---Para concluir, o Presidente da Câmara, referiu que o que sabia era que na esmagadora maioria dos dias haviam pouquíssimas reclamações e era naquela linha que estavam a trabalhar conjuntamente com a empresa para corrigir as não conformidades, até porque, davam direito a coimas e certamente a empresa não estaria interessada em perder os seus selos de qualidade. _____

---A Membro Isabel Santos disse que se referia à fiscalização da empresa, ao que o Presidente da Câmara respondeu que estava a ser feita até bastantes vezes. _____

---O Presidente da Assembleia indagou se haviam outras intervenções no período antes da

Ordem do Dia e, não se verificando, informou que entrariam na Ordem de Trabalhos com a apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, a quem devolvia a palavra. _____

----O Presidente da Câmara disse que iria fazer um pequeno “*report*” do que havia acontecido desde a última sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro. _____

----O primeiro diapositivo mostrava o stand do Município de Tavira na BTL – Feira Internacional de Turismo, onde tinham sido uma das seis Câmaras do Algarve que tinham participado. _____

----Seguiu-se fotografia de um programa que a RTP – Rádio Televisão Portuguesa tinha feito sobre Tavira e sobre a Dieta Mediterrânica onde o Vereador Luís Nunes tinha sido o protagonista e tinham aproveitado para visitar o Museu Municipal, o Núcleo Islâmico e realizar um conjunto de atividades alusivas ao mercado, aos produtos tradicionais e com a participação de ranchos folclóricos. Tinha sido bastante interessante e constituiu a programação de uma tarde, num programa conhecido da RTP 1. _____

----Passou às comemorações da Semana Santa que tinham corrido com toda a dignidade como já era habitual. _____

----O quarto diapositivo referia-se a um momento de glória. A fotografia ilustrava o sentimento de grande brio que a equipa do Sporting tinha tido ao vencer a equipa do Porto. Para além disso, pensava que os tavirenses estariam todos felizes porque Ricardo Dias, um ilustre tavirense, tinha impulsionado a equipa do Sporting vencendo o Porto que, manifestamente, era melhor. Tinha sido muito interessante pelo movimento que tinha criado, não apenas com os sportinguistas mas sobretudo, porque lá tinham estado famílias e pessoas conhecidas a quem Ricardo Dias tinha agradecido via Facebook. _____

----Mostrou imagens da marcha passeio realizada no Dia da Mulher onde tinham participado cerca de seiscentas pessoas que tinham partido da Praça da República tendo realizado o passeio num dia com tempo muito agradável. _____

----Falando da Baja Carmim, disse que no corrente ano o Automóvel Club do Algarve, na falta de verba que a Câmara não tinham disponibilizado para apoiar o evento e, porque já tinham preenchido o calendário, tinham resolvido assim mesmo, realizar o Rali. Considerava que tinha sido muito interessante para quem gostava, obviamente, e tinha tido a particularidade de que todos os troços cronometrados serem em Alcoutim e Castro Marim sendo a base em Tavira. _____

----Seguidamente mostrou imagem de uma visita de reconhecimento à Ecovia do Algarve, que se tinha realizado há pouco tempo. Para quem gostava de andar de bicicleta, estava prevista

uma segunda visita de reconhecimento a realizar no dia três de maio, com partida da Estação de Tavira, pelas oito horas e quarenta minutos, sendo apenas necessário levar calções e boa disposição. Aquelas visitas estavam a ser realizadas com a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a nota que a CCDR estava a dar era que, seguramente, dos troços da Ecovia que estava executados, os de Tavira eram os que estavam em melhores condições muito graças ao trabalho de manutenção realizado pelos Presidentes de Junta com os poucos meios de que dispunham. O que lhe tinha sido transmitido e que ele transmitia de igual forma era que os troços eram os melhores do Algarve. _____

----O diapositivo número oito abordava um conjunto de eventos desportivos que se tinham realizado, dos quais realçava o BTT – Bicicleta Todo o Terreno, o Cicloturismo e o Rali de Portugal que se tinha realizado debaixo de uma grande chuva. Ainda se tinha acontecido o International Sports Meeting que tinha juntado quatro mil pessoas na Ilha de Tavira. Em nenhum dos eventos se tinha registado qualquer incidente, tendo estes, decorridos francamente bem. _____

----Passando ao tema de visitas de trabalhos referiu a presença do Secretário do Estado do Mar, que se tinha deslocado a Tavira para aferir das condições de trabalho dos pescadores e Docapesca. A reunião tinha-se realizado a seu pedido, tendo ele efetuado alguma pressão para que o Secretário de Estado, que estava a avaliar todos os procedimentos para os portos de pesca a nível nacional, visitasse Tavira. O Secretário do Estado tinha referido que estava a avaliar o processo, tendo escutado os argumentos de Leonardo Diogo e dos presentes, pelo que, ainda tinha esperança, ainda acreditava que aquela obra que desde o mês de agosto estava no Governo para adjudicação, com o concurso efetuado, empresa escolhida, valor de adjudicação, e que não tinha sido anulado embora se tivesse verificado a mudança do Governo, pudesse vir a avançar. _____

----Naquela mesma tarde, tinha estado a falar com o Chefe de Gabinete da Ministra sobre aquele processo e tinha-lhe sido solicitado a indicação do números de pescadores em Tavira, pelo que, tinha pedido a Leonardo Diogo que transmitisse o número concreto de pescadores e embarcações à Secretária de Estado pois contavam para a avaliação do processo. Se acontecesse seria, seguramente, uma vitória para todos porque, verdadeiramente, quem ganhava era a comunidade de Tavira, como ele já o tinha referido várias vezes. _____

----Continuou com a indicação de uma reunião da Diretora Distrital da Segurança Social, com quem tinham visitado a Fundação Irene Rolo, num dia dedicado à Segurança Social, à

Solidariedade e às Instituições. Tinham iniciado os trabalhos com uma reunião da Rede Social na Biblioteca, tendo-se a visita prolongado pelo dia todo. _____

---Em matéria de ambiente, mostrou fotografia dos jovens agricultores, cultivadores que no Dia da Árvore tinham plantado árvores na escola, atividade na qual ele também tinha participado. No corrente ano tinham resolvido fazer uma atividade mais adaptada aos tempos de crise, pelo que, a opção tinha sido de não irem para a Mata da Conceição, como já parecia se ter transformado em normalidade, e plantar as árvores dentro das escolas. Pensava que todos os Presidentes de Junta tinham estado presentes e considerava um momento muito interessante para as crianças. _____

---O décimo segundo diapositivo referia-se a dois espectáculos de teatro, sendo um espetáculo realizado pela ATAI – Associação Tavirense de Apoio aos Imigrantes com o título “*Os sonhos realizam-se*” e do Movimenta-te com “*Paris, praia do Hawai*”, ambos realizados no cinema. ____

---Seguidamente, o Presidente da Câmara mencionou um conjunto de conferências, sobre o que o diapositivo mostrava a quinta edição do “*Maré de Contos*”, bem como, o quatro ciclo de conferências do Quartel. Acrescentou, que também se tinha realizado naquela biblioteca uma sessão de trabalho sobre o Programa Estimulo que era do Instituto de Emprego e consistia em incentivos à criação de emprego. _____

---Depois, referiu o que tinha sido um dia particularmente importante para o Município e que se tratava dos cento e vinte e quatro anos que os Bombeiros Municipais tinham festejado. Mesmo com toda a crise existente, tinham tido a felicidade de dar posse a mais seis novos elementos, cinco bombeiros e uma bombeira que era a única senhora na corporação. A cerimónia tinha decorrido no Quartel como podiam ver na fotografia. _____

---O diapositivo seguinte mostrava uma ação de formação de limpeza que tinha sido realizada em conjugação com os Militares do Quartel, com os Bombeiros Municipais e com a Equipa de Sapadores da Câmara, pois mesmo nos difíceis tempos presentes, tinham contratado cinco sapadores florestais que se deslocavam pelo campo, numa carrinha amarela, efetuando cortes, aparando ervas e ramos. Tinham sido contratados pela Câmara em colaboração com a AFN – Autoridade Florestal Nacional e estavam diariamente no terreno. Assim, tinham juntado os Sapadores, os Bombeiros e os Militares do Regimento nº 1 cujo Comandante além de ser uma pessoa simpática gostava que os seu homens participassem em ações daquela natureza, de defesa e limpeza da floresta, que se tinha realizado na Mata da Conceição. _____

---Continuou informando que o Centro de Ciência Viva tinha proporcionado o “*Champimóvel*”

que se tratava de uma viagem virtual muito apreciada pelas crianças. Queria agradecer aos membros José Manuel do Carmo e José Alberto Correia que fazendo, na altura, parte da gestão do Centro de Ciência Viva, tinham proporcionado aquele evento. A Câmara tinha cedido o espaço e permitido que o camião ficasse no local. Pensava ter sido uma experiência simpática que tinha deleitado especialmente os mais novos. _____

----O décimo sétimo diapositivo focava o encontro de idosos que se realizava todos os meses. Aquele referia-se, particularmente, ao encontro ocorrido no Parque de Feiras e Exposições. ____

----Mostrou ainda, imagens da campanha "*Limpar Portugal*" que tinha acontecido num dia muito nublado. Contudo, aquelas campanhas eram sempre um sucesso nas Freguesias onde decorriam. _____

----Referindo-se ao diapositivo seguinte informou que tinha terminado no dia quinze anterior, o Festival de Gastronomia Serrana, e que no dia doze de maio, como podiam verificar nos cartazes, ir-se-ia iniciar o Festival de Gastronomia do Mar. Acrescentou que no corrente ano, tinham optado por fazer um cartaz único destinando metade para cada um dos festivais, e por isso, já se encontravam afixados. _____

----Passando ao tema de obras e urbanismo informou que os sumidouros da Marginal de Santa Luzia já estavam prontos. _____

----O segundo diapositivo do tema, referia-se a uma obra que o tinha preocupado muitíssimo e que apesar de estar escondida, tinham tido que a executada à pressa. No corrente ano, tinham havido muitos falecimentos no Município de Tavira e, não sendo aquela obra para acontecer, tinha tido que ser realizada à pressa, para a qual, já ali tinha sido apresentada a repartição de encargos. Tratava-se da execução de cento e setenta e seis nichos de composição aeróbia porque os corpos dos que já estavam executados na parede oposta, e que já deviam estar decompostos, não estavam. Assim, tinham tido que gastar mais de cem mil euros e dar muita pressão ao empreiteiro, que já terminara a obra faltando apenas os ferrolhos, o que tinha acontecido no primeiro dia em que já não existiam catacumbas disponíveis. Tinha sido bastante complicado mas presentemente já estavam a funcionar corretamente para o fim a que se destinavam. _____

----Passando à Escola da Horta do Carmo, o Presidente da Câmara referiu que, para quem não tivesse reparado ela estava a acontecer. Tratava-se de um investimento, com equipamento incluído, de quase três milhões de euros e constituía a maior obra do Município. Estava a decorrer dentro dos prazos conforme estipulado no cronograma. _____

---Seguidamente, mostrou imagem da construção dos trezentos e vinte e três nichos, ossários para a transferência das aeróbias e que era uma obra que, seguramente, ficaria para muitos anos, ficando o cemitério composto. Tinham tido que investir ali alguma verba mas tinha sido necessária. _____

---O quinto diapositivo deste tema referia-se ao aspeto atual da Igreja das Ondas, que como os membros podiam verificar, e certamente iriam efetuar uma visita de autarcas, que se impunha, aquele era o aspeto atual da Igreja. Tiveram que remover todo o interior e estaria reabilitada no prazo de dois anos, já depois das eleições autárquicas e seria, certamente, inaugurada com "*pompa e circunstância*". Considerava que aquela obra era importante até porque se situava no centro da cidade, razão por que gostariam de ter verba para efetuar a recuperação do cinema, para o qual já tinham projeto mas cujo custo era de três milhões e quinhentos mil euros e, em tempo de crise, iriam ver o que poderiam fazer. Todavia, existiam pessoas para as quais e a julgar pelo que diziam, não existia qualquer crise, mas a realidade era que havia e bastante. Quanto à obra da Igreja estava a decorrer a bom ritmo. _____

---Seguidamente referiu-se ao passadiço de Cabanas. Na prática, tinham tido que gastar cinquenta mil euros, mas a obra já estava concluída. Como, seguramente, os membros se lembravam, tinha sido ali apresentada proposta relativamente àquela obra, pois o passadiço ameaçava ruir por se encontrar em muito mau estado. A imagem refletia o seu aspeto atual, tinha sido pintado com "*bondex*" e esperavam que aquela obra durasse alguns anos pois não existiam condições para gastar aquela verba todos os anos. Assim, considerava que tinha ficado bastante bem e que a praia de Cabanas estava muito bem servida com aquele passadiço praticamente novo. Para a realização da obra, tinha sido executada a garantia e o empreiteiro tinha-lhe dito que levava onze mil parafusos. _____

---Mostrou diapositivo sobre as eletrificações do Monte do Seixo em Cachopo que já se encontravam praticamente concluídas. _____

---Referiu-se, seguidamente, à estrada de Vale Murta, que como já havia dito na resposta à Membro Isabel Santos, estava em procedimento e brevemente estaria obra no terreno. _____

---O décimo diapositivo mostrava a planta do Parque Verde do Séqua que continuava em procedimento. Tinham tido que justificar junto da CCDR, porque como os membros sabiam, o Governo tinha dado indicações para que a verba de todas as obras financiadas com Fundos Comunitários que não estivessem em execução fosse canalizada para outros financiamentos, pelo que, tinha havido a necessidade de justificar junto da CCDR para que a verba se

mantivesse afeta àquela obra que se encontrava em fase de adjudicação, tendo já empresa vencedora, e a proposta relativa à aprovação do relatório final iria ser apresentada em reunião de Câmara. _____

---Passou, seguidamente, ao muro do Fojo que também já se encontrava em procedimento. Considerava aquela uma situação gravíssima que tinham no Concelho. _____

---O Presidente da Câmara informou que devido à existência de menos verba, tinham tido que começar a trabalhar por administração direta, como faziam os Presidentes de Junta. Como tinham tido oportunidade de contratar mais seis operários, em vez de todos os engenheiros que tinham, tinham começado a fazer a articulação com as Juntas de Freguesia no sentido de executarem algumas obras por administração direta para pouparem alguma verba, pois era importante. Assim, para quem não tivesse reparado, tinham levantado os pisos da Rua e Travessa dos Pelames que apesar de já terem piso, tinham ficado francamente melhor. _____

---Referindo-se ao sumidouro da Rua José Pires Padinha, que parecia ser eterno, já o conhecendo ele naquelas condições há muitos anos, tinham levantado a calçada e efetuado um sumidouro tentando arranjar de modo a que a água não se acumulasse naquele local. Tinha sido os funcionários recém contratados que a tinham executado. _____

---Continuou, mostrando fotografias das impermeabilizações e limpeza das coberturas efetuadas nas piscina e biblioteca, em cuja água entrava. Tinha tido alguns problemas mas as obras também tinham sido efetuadas por funcionários da Câmara. _____

---O décimo quinto diapositivo referia-se a reparações várias que iam sendo efetuadas nas habitações sociais. Não eram feitas certas reparações, não mudavam lâmpadas, não pagavam materiais de desgaste pois consideravam que por serem habitações sociais não tinham que ter tudo gratuito contudo, mudavam torneiras compradas pelos inquilinos, especialmente de pessoas idosas e outras reparações, porque eram os proprietários de quinhentas e noventa e cinco habitações. As imagens refletiam dois exemplos das inúmeras situações de reparações que tinham que fazer, desde pavimentos, tubos de água, esgotos, canos que se rompiam, cozinhas, entre outras. _____

---Tinha efetuado a reparação de alguns pavimentos de rua com a colocação de algumas rampas. _____

---A Rua 5 de Outubro, como os membros sabiam, estava partida, assim tinham aproveitado uma oportunidade única para a repararem. A Câmara não tinha ali gasto praticamente nada porque tinha aproveitado uma obra da PT – Portugal Telecom e conjugando essa obra com a

que a TaviraVerde estava ali também a fazer, tinham efetuado uns sumidouros e a reparação do pavimento. A obra tinha ficado bastante barata e a Rua estava nova. _____

----Referiu a regularização dos terrenos, espaços exteriores junto ao Pavilhão Municipal. _____

----Seguidamente, mencionou o muro que estava a cair na Escola de Cabanas e que já se encontrava reparado. _____

----Passando ao tema dos protocolos, o Presidente da Câmara, informou que tinham celebrado um protocolo com a educação pré-escolar e um protocolo para a exposição que se iria inaugurar no dia seguinte, dia vinte e oito, pelas dezanove horas no Palácio da Galeria e que se tratava de uma exposição itinerante da PT, numa parceria que tinham efetuado e que teria o espólio da PT e Fundação PT. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se algum dos presente pretendia levantar alguma questão sobre a informação do Presidente da Câmara e, não se verificando, passou ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos que se referia à apreciação da informação nº 1221/2012 – Declarações, nos termos do Artº. 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro (Assunção de compromissos e pagamentos em atraso das Entidades Públicas). Devolveu a palavra ao Presidente da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara explicou que, na prática, aquela era uma declaração que tinham que fazer devido à Lei dos Compromissos. Para fazer o enquadramento e demonstrar o “buraco” em que se encontravam, o Governo tinha arranjado uma forma de impedir as Autarquias de gastar um cêntimo, pois aquele era o esquema como o Governo atual via os Municípios, visto que, quem estava sentado no Terreiro do Paço e noutros locais, não falava com as pessoas não sentindo as suas necessidades. Continuou dizendo, para que constasse, que a Lei dos Compromissos tinha sido aprovada, no dia anterior, pelo Conselho de Ministros, pelo que, a partir dos dias seguintes, a Câmara Municipal de Tavira, bem como as outras Câmaras que tivessem dividas superiores a noventa dias, sendo no caso da Câmara Municipal de Tavira, em cerca de dois milhões de euros, estavam impedidas de comprar um prego. Aquela era a leitura da Lei dos Compromissos. Tinha sido o que ele tinha transmitido ao Secretário de Estado da Administração Local, quando ele tinha estado na AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, e o que todos os Autarcas, de forma unânime, também tinham dito. _____

----A Lei dos Compromissos, e talvez fosse a peça chave da engendragem, porque quando eram os políticos a assumir as coisas, dizia-se que os políticos não tinham que saber de tudo, mas quando eram os técnicos das Câmaras, como o Chefe de Contabilidade, o Chefe de Divisão e o

Diretor de Serviço a subscrever se havia verba para comprometer compromissos, verdadeiramente, o que o Governo tinha feito, numa interpretação literal, era que quem podia dizer o que podia ou não ser gasto era o Diretor de Departamento e o Chefe de Divisão que tinham que assinar para que pudessem gastar qualquer verba. _____

----Disse ainda, que podiam fazer as interpretações que pretendessem, porém se o Diretor de Departamento ou o Chefe de Divisão Financeira não dissesse que havia verba para o compromisso na expectativa da receita a noventa dias calculada numa determinada forma de cálculo, não poderia haver despesa a não ser que quisessem ter problemas com a Inspeção Geral. _____

----Os membros poderiam dizer que o Presidente era legalista, o que era verdade, mas tratava-se de um assunto sério e era a realidade, não como algumas alegações que tinha visto na Internet e outras. Todos os Presidentes de Câmara, naquele momento do processo, estavam com inúmeras dificuldades com aquela Lei dos Compromissos que, embora não concordando muito, tinham que ter a assinatura dos dirigentes da Câmara, a Chefe de Secção de Contabilidade, Mónica Martins, a Chefe de Divisão Financeira e Investimento, Ana Roque e a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, cujo documento referia que os compromissos plurianuais assumidos para os anos dois mil e doze, treze e catorze eram os que constavam no documento em posse dos membros. Assim, no ano de dois mil e doze, estavam assumidos seis milhões, duzentos e noventa e três mil euros, em dois mil e treze, três milhões, quatrocentos e catorze mil euros e para dois mil e catorze, cerca de um milhão e setecentos mil euros. Aqueles eram os valores dos compromissos do que iam assinando ali e que se tratavam de repartições de encargos plurianuais, que iam ficando para liquidar nos anos futuros, sendo que, quando chegassem ao final do ano, transitaram para o ano seguinte. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que o exercício financeiro dos Municípios estava bastante apertado, contudo, felizmente que na Câmara de Tavira tinham vindo a ser responsáveis, pois tinham encurtado as despesas em função da enorme quebra de receitas, para que daquele modo, pudessem ter, o mais rapidamente possível, dividas inferiores a noventa dias que lhes daria liberdade de gestão, porque aquela situação também era resultante dos vinte e nove milhões e quinhentos mil euros, que tinham herdado no ano de dois mil e nove. Como os membros sabiam, não tinham encontrado na Câmara um “cofre dourado” mas um valor em dívida de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros resultantes de empréstimos, do Polis, do curto prazo, e dos problemas na EMPET - Parques Empresarias de

Tavira, EM e TaviraVerde. _____

----Concluiu dizendo que o valor em dívida naquele momento era de cerca de vinte e seis milhões de euros, pelo que, considerava que se tratava de uma gestão para que os que viessem a seguir pudessem dizer que tinham sido responsáveis, o que lhes permitia gerir a Câmara muito melhor do que lhes tinham deixado a eles. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que iriam avançar para o ponto número três da Ordem de Trabalhos que era sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 44/2012/CM, referente ao Ajuste Direto para a Aquisição de Serviços de Medicina no Trabalho - Repartição de Encargos e, passou a palavra ao Presidente da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara chamou à atenção para o facto de na proposta estarem apenas mencionados os serviços de medicina no trabalho, não se referindo à higiene e segurança. Tal resultava da existência na Câmara de duas técnicas de higiene e segurança que considerava estarem subaproveitadas, pelo que, só iriam contratar a medicina no trabalho, fazendo a higiene e segurança pelos próprios meios que considerava algo que a Câmara se tinha desabitado de fazer, de utilizar os seus próprios meios e contratando. Assim, estavam a aproveitar os recursos totais, pelo que, pelo médico apenas iriam pagar um terço do valor. ____

----O Presidente da Assembleia verificando que não haviam questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 48/2012/CM, referente à Atribuição de Apoio à Atividade da Associação Oficina Ciência Viva de Tavira. Na prática, tratava-se da atribuição de uma verba de cinquenta mil euros. _____

----O Presidente da Câmara referiu que todos conheciam a evolução do Centro de Ciência Viva. No ano de dois mil e nove, o valor que tinham pago ao Centro de Ciência Viva, tinha sido de setenta e dois mil euros. No primeiro ano que tinham trabalhado com o José Manuel do Carmo, honra lhe fosse feita, este tinha dito que não eram setenta e dois mil euros pois tinham feito as contas e verificado que haviam algumas receitas, pelo que, eram sessenta mil euros. Assim, nos últimos dois anos a Câmara tinha pago sessenta mil euros e a Agência Nacional de Ciência Viva outros sessenta mil, contudo, a Presidente da Agência Nacional de Ciência Viva, reconhecendo que a Câmara não dispunha de verba, tinha decidido que no corrente ano esta só pagaria cinquenta mil, suportando eles os restantes setenta mil euros. Tinham assim diminuído dez mil euros que serviriam para fazer algumas obras, poupando assim parcela a parcela. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se algum dos presentes se queria manifestar e colocou a proposta a votação. _____

----A proposta foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número cinco da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 56/2012/CM, referente ao Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de Manutenção do Ascensor Instalado no Núcleo Museológico Islâmico – Compromissos Plurianuais. Acrescentou que se tratava de um compromisso para os próximos quatro anos. _____

----O Presidente da Câmara disse que queria explicar um pormenor. Esperavam que brevemente, até ao Verão, a entrada do Museu Islâmico passasse a ser feita pela frente do edifício. Tinham inaugurado o Museu Islâmico em fevereiro último porque a CCDR os tinha pressionado no sentido deste ser aberto rapidamente sob pena dos fundos comunitários, recebidos para a obra, serem perdidos. _____

----Assim, tinham aberto sem o ascensor pois não tinham ainda concluído o procedimento. Naquela altura, ao contrário de muitos que se tinham habituado a trabalhar no tempo em que havia bastante liquidez, que se pagava por um ajuste direto e estava tudo resolvido, que era o tempo antes do ano de dois mil e nove quando não se verificava qualquer problema para pagar um ajuste direto e se chamava uma empresa amiga ou conhecida que trabalhava bem, haviam uns ilustres que se tinham habituado a trabalhar daquela forma não sabendo algo diferente e, ao referirem que as coisas não andavam, que eram demasiados procedimentos, esqueciam-se que o atual Governo tinha aprovado procedimentos novos, pelo que, qualquer procedimento na Administração Pública, demorava meses. _____

----Presentemente, desde o momento em que pensavam até que estivesse concretizado, tinham que lançar a proposta na plataforma eletrónica porque a Câmara de Tavira só funcionava com a plataforma, para controlar a corrupção que os políticos falavam na Assembleia da República mas que depois não gostavam de ver realizado no terreno. Na Câmara de Tavira passava tudo pela plataforma, dispunham de tempo para a apresentação de reclamações, os despachos eram autenticados através do cartão de cidadão, era tudo líquido, pelo que, todos os procedimentos demoravam imenso tempo. _____

----O Museu Islâmico tinha sido aberto à pressa e por isso não tinha o ascensor do qual dependia a entrada por baixo. Queriam que a porta de entrada do Núcleo Islâmico, com um balcão e um funcionário, fosse a da Praça da República ao lado do Posto de Turismo, pelo que o

ascensor era essencial uma vez que as pessoas entravam e tinham que o utilizar. Pretendiam que estivesse concluído até ao Verão, pois entendiam que a entrada por trás não tinha tanta dignidade, razão porque ali apresentavam a repartição de encargos. _____

---O Presidente da Assembleia após verificar que não haviam questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Para dar seguimento à Ordem de Trabalhos passou ao ponto número seis com à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 59/2012/CM, referente à Prestação de Contas de 2011 e pediu ao Presidente da Câmara que explicasse. _____

---O Presidente da Câmara disse tratar-se de um documento exaustivo e informou que estava ali presente o Revisor Oficial de Contas da Câmara. _____

---Cingia-se às conclusões da última página, número trinta e nove, e às duas tabelas das páginas sete e oito. Aquelas tabelas refletiam as questões do equilíbrio orçamental e da evolução da receita. O que se verificava era que a Câmara tinha perdido muito dinheiro pois a receita corrente cobrada tinha sofrido, no ano de dois mil e onze, uma quebra de dezoito virgula noventa e sete por cento, sendo que no ano de dois mil e dez, tinham recebido vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, e em dois mil e onze penas dezanove milhões e novecentos e doze mil, representando dezoito virgula noventa e sete por cento ao que não era alheio, seguramente, o clima económico que se vivia no país todo e, embora alguns parecessem esquecer, também se verificava em Tavira. _____

---Por outro lado, encontravam-se ali dois indicadores que talvez fossem interessantes para os mais distraídos e que se referiam à receita total. No mesmo mapa da página oito, verificava-se uma quebra da receita total, tanto de capital como corrente na ordem de dezasseis virgula oitenta e nove por cento, o que equivalia a uma diferença de quatro milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil euros, verba essa que não tinha entrado. No ano de dois mil e dez tinham diminuído onze por cento na despesa e mesmo a receita tendo sido menor tinha-se verificado uma equivalência, o que não tinha sido possível concretizar no ano de dois mil e onze. Tinham iniciado no ano de dois mil e nove com a tomada de algumas medidas para baixar a despesa, mas o difícil era manter o nível da despesa a cair porque a flexibilidade da mesma não era tão grande como a da receita. Ao chegarem a Junho a receita tinha caído consideravelmente porque a atividade económica tinha-se eclipsado devido às eleições que, como todos sabiam, e não querendo imputar culpas ao novo Governo, em altura de eleições todos paravam para ver o que ia acontecer, como se tinha verificado relativamente ao Porto de Pesca para Tavira que

depois das eleições tinha ficado parado em Lisboa a aguardar adjudicação desde o mês de agosto. _____

----Reforçou que a receita total tinha caído dezasseis vírgula oitenta e nove por cento, quatro milhões, oitocentos e sessenta mil euros, mas as medidas que tinham para dois mil e onze quanto à quebra da despesa, e que como sabiam não era possível despedir funcionários, por isso a despesa era muito pouco flexível na área dos recursos humanos, originaram uma quebra de dez vírgula dez por cento, ou seja, tinham transitado de ano com menos dez por cento na despesa, porém a receita tinha quebrado dezasseis por cento. Na prática, o que tinha acontecido era que a receita tinha passado para vinte e três milhões de euros e a despesa total tinha sido de vinte e sete milhões de euros o que revelava algum prejuízo. _____

----Nas páginas onze e doze, quadro número cinco, transmitia-se a ideia do que tinha diminuído, pois referia-se à evolução da receita por rubricas. O IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis tinha reduzido sessenta e seis vírgula zero sete por cento devido à falta de obras. Quando se falava que não se faziam obras, convinha por clareza de raciocínio, especificar que não haviam obras particulares porque obras públicas ainda iam acontecendo, como era o caso da Estrada de Santa Luzia, da Estrada de Alcaria, do Museu e uma ou outra pavimentação embora fossem necessárias mais todavia, obras particulares que eram aquelas que davam a taxa de loteamento, o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e outras, e que serviam para alimentar a economia local pois construir casas também alimentava o comércio, com a compra de móveis, todos vendiam, todos trabalhavam e gerava receitas municipais. A variação do IMT era de menos sessenta e seis vírgula zero sete por cento, quatro milhões e cinquenta e quatro mil que representavam, de acordo com os dados comparativos das tabelas da AMAL, a maior quebra registada em todo o Algarve. _____

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que a derrama que tinham vindo a regredir, tinha-se mantido no valor e o IMI tinha subido cinco vírgula setenta e nove por cento o que tinha representado mais trezentos e dezoito mil euros. No total tinham perdido quatro mil, seiscentos e noventa e nove euros que representavam cerca de vinte por cento da receita. ____

----Passando ao quadro da página número vinte e três, que se referia à evolução da despesa, quadro número catorze, mostrava a variação, na última coluna, verificando-se que tinha apenas aumentado em materiais de consumo, materiais correntes necessários para o exercício da atividade, tendo o Executivo, que incluía o Presidente da Câmara e os três Vereadores gasto menos onze vírgula setenta e oito por cento o que representava dezoito mil e seiscentos euros.

A despesa tinha quebrado o que tinha mencionado e as variações eram daquela ordem de grandeza. _____

----Passando à última página, na página de resumo podia ler-se que tinham furado o princípio do equilíbrio orçamental em cento e vinte e dois mil euros, que não tinham conseguido evitar devido à enorme quebra das receitas e, embora tendo quebra na despesa não tinha sido tão elevada como a da receita que em Junho tinha descido vertiginosamente. Assim, tinham furado o princípio do equilíbrio em cento e vinte e dois mil euros e estavam a tomar algumas medidas para o tentar controlar, mas não tinha sido possível fazer mais. _____

----O Presidente da Câmara resumiu que a execução da receita era de cinquenta e quatro vírgula trinta e nove por cento e da despesa de cinquenta e três vírgula trinta por cento. _____

----Como já tinha referido verificou-se uma quebra da receita cobrada de dezoito vírgula noventa e seis por cento o que era equivalente a cinco milhões e cem mil euros. A receita total da Câmara tinha rondado os vinte e quatro milhões de euros, enquanto no ano transato tinha sido de vinte e oito milhões de euros o que significava dezoito vírgula zero seis por cento. _____

----De um ano para o seguinte tinham conseguido uma redução de despesas de dez vírgula dez por cento tendo esta diminuído em três milhões e cem mil euros. _____

----As despesas com pessoal tinham diminuído dois vírgula quarenta e quatro por cento, muito resultante dos vencimentos porque no corrente ano os políticos tinham sido bastante atingidos com os cortes, não o restante pessoal, mas tinham tido que cortar horas extraordinárias, abonos variáveis e outros. Obviamente, os funcionários não tinham ficado muito contentes mas tinham tido que o fazer para que naquele momento pudesse estar ali a encarar os membros de frente com o trabalho que havia sido realizado. _____

----O Presidente da Câmara continuou apresentado um resultado líquido negativo que, pelo que havia dito, tinha aumentado a dívida de curto prazo no valor de um milhão e cem mil euros porque no ano de dois mil e dez tinham transitado de ano com um défice de um milhão e trezentos mil euros, sendo, no ano seguinte de um milhão e trezentos mil, acrescidos de um milhão e cem mil euros. _____

----Acrescentou que a dívida de médio e longo prazo, os pagamentos em atraso superiores a noventa dias e o incumprimento do endividamento líquido tinham reduzido estando em dois milhões cento e quarenta e um mil euros. Por isso, aquele tinha sido um exercício muito esforçado, muito difícil e não sabia se haviam Câmaras com as contas muito melhores tendo eles partido do patamar que tinham partido para o que apresentavam. Naquele ano de dois mil

e onze, o que tinham feito tinha sido em consciência e muito difícil em termos de execução orçamental mas, sobretudo, tinham feito aquilo que consideravam que deviam para conseguirem a consolidação orçamental, para poderem gastar menos face ao quadro de grande incerteza nas receitas. Presentemente, a Câmara devia globalmente cerca de vinte e seis milhões de euros tendo partido, em dois mil e nove, de um patamar de vinte e nove milhões e quinhentos mil euros. Aquele era o valor global final depois de efetuados alguns acertos, mas tinham conseguido algo que considerava importante, que eram dois financiamentos importantes para as duas Empresas Municipais. _____

----A TaviraVerde que tinha conseguido um financiamento do POVT – Programa Operacional Valorização do Território, de cerca de cinco milhões de euros para investimentos na expansão da rede que iniciariam assim que recebessem a verba referente ao primeiro pedido de pagamento e, a EMPET que se encontrava endividada até à entrada do novo Conselho de Administração, tinha recebido um financiamento de três milhões e quinhentos mil euros a fundo perdido para os Parques Industriais, do qual já tinham recebido a primeira tranche estando para breve a receção da segunda. Aquelas eram as medidas que estavam a tentar tomar, para que o universo, Câmara e Empresas Municipais pudessem estar minimamente equilibradas, de modo a não se verificar qualquer problema com alguma das empresas que se refletiria na Câmara em igual percentagem ao capital social. _____

----O Presidente da Câmara ainda acrescentou que, relativamente à EMPET, salientava que a sua constituição, feita da maneira que tinha sido, a considerava uma irresponsabilidade pois tinha sido efetuado um investimento de meio milhão de euros alavancado na especulação imobiliária que podia ter corrido bem, mas que tinha tido todas as condições para correr mal. À luz dos dias correntes, tinha sido uma irresponsabilidade financeira porque o mercado tinha caído abruptamente no ano de dois mil e oito e a alavancagem que estava a ser feita com meio milhão de euros de capital de empréstimos para produzir um património que, de facto, valia cerca de quinze milhões de euros, tinha-se desmoronado por não conseguirem vender os terrenos, sendo a consolidação de toda aquela verba nas contas da Câmara em noventa e seis por cento do capital social. Certamente que os membros se lembravam que antes das eleições tinham ali votado a recompra do capital social da AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, SA pelo valor nominal, o que tinha dado origem à passagem de cinquenta e um para noventa e seis por cento. Se a EMPET fracassasse, toda a dívida consolidaria na conta da Câmara originando um grave problema por muitos anos. Congratulava-se que, no presente

momento, as coisas estivessem controladas porque ambas as empresas não seriam alvo de extinção se o Governo mantivesse os critérios atuais, contudo, para o Governo o que no momento era verdade, horas depois poderia já não ser, porque as coisas alteravam-se muito rapidamente em função do indicador económico resultante do clima orçamental atual. _____

----Para concluir a sua intervenção referiu que se vivia um tempo de incerteza sobre todo o tipo de atividade, municipal, empresas, advogados, profissionais liberais, comércio, atividade turística resultante do aumento do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado para vinte e três por cento e da asneira que tinha sido a implementação das portagens na Via do Infante que, apesar de alguns concordarem com elas, levavam ao enterro coletivo que estavam a assistir no Algarve. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se haviam questões sobre aquele ponto e passou a palavra ao Membro Brandão Pires. _____

----O Membro Brandão Pires referiu que a questão da conta ali apresentada era perceptível para todos e estava presente em todos os orçamentos. Existiam as receitas e as despesas, mas o que se passava era que tinham conseguido conter as despesas, que tinham baixado cerca de dez por cento contudo, as receitas tinham caído dezoito por cento, pelo que, o défice agravava-se, sendo basicamente, aquela a conclusão. Todavia, aquelas variáveis não eram de natureza idêntica, ou seja, a Câmara não conseguia por mais que quisesse controlar as receitas, eventualmente poderia influencia-las numa margem muito pequena, porém, não as conseguia controlar já que dependiam, sobretudo, da conjuntura económica e das transferências que o Governo fazia para as Autarquias. _____

----Conseguiam apenas controlar as despesas, mas não com o mesmo grau de liberdade, ou seja, tendencialmente era mais fácil cortar nas despesas de capital, porque não havendo liquidez, cortava-se na obra que não se fazia, na pintura da Igreja ou não se arranjava a rua. O que não podiam era deixar de pagar aos funcionários, o que aos poucos iria tornando a Câmara refém porque, no momento atual, as despesas correntes já significavam cerca de dois terços sendo as despesas de capital apenas de um terço. Verificava-se aqui a subversão da lógica de que a Câmara existia para realizar para os cidadãos, contudo, presentemente, dois terços estavam afetos à máquina, à máquina Câmara, aos funcionários e à produção dela própria, pelo que aos poucos, e considerava que pelo evoluir das coisas para o próximo ano ainda seria pior, não fazia obra alguma e portanto ia ficando refém daquele sistema. _____

----Como saída para aquela equação aparentemente complicadíssima, ainda porque, pelo que

tinha sido dito, os mecanismos, as leis, as “*ajudas do Governo*” como o Membro Rui Horta tinha dito, não permitiam que houvesse endividamento. Assim, as Câmaras já não dispunham da mesma liberdade para se endividarem, estando extremamente controladas e portanto, tendo forçosamente que estar equilibradas pelas razões conhecidas, pelas razões a que o país tinha chegado e pelas razões a que tinham chegado a maioria das Câmaras Municipais, que em termos financeiros era assustador. _____

---O Membro Brandão Pires continuou dizendo que a Câmara a curto e médio prazo tinha que pensar seriamente em resolver aquela equação e, para quem tinha verificado as contas a única hipótese era a redução drástica de pessoal. Considerava que não havia volta a dar por muito que custasse, não era necessário ser economista, não era necessário analisar números há muito tempo para verificar que não existia outra solução. A Câmara tinha que reduzir para o próximo ano, ou próximos dois anos, não sabia quando, mas tinha que reduzir funcionários sob pena de ficar refém por não fazer nada e existir apenas para alimentar a máquina. Portanto, aquilo tinha que ser dito, não era uma boa notícia mas, de facto, enquanto economista, nem sequer falando em nome do PS, tinha estado a analisar os números e não tinha verificado grande evolução, grandes alternativas em relação aquela questão porque não havia outra solução e, portanto, não seria para o corrente ano porque as contas já tinham sido apresentadas, mas pela evolução da conjuntura, pela quebra previsível das receitas que a Câmara iria continuar a ter, pela rigidez das despesas, pela impossibilidade de manter as contas desequilibradas, sinceramente não vislumbrava outra alternativa. _____

---A Membro Isabel Santos referiu que queria formular duas questões relativamente a dois pontos do relatório. No balanço sintético das páginas vinte e oito e quarenta e quatro, referia-se várias vezes o deferimento, tanto no ativo como no passivo, de uma quantia de onze milhões de euros no passivo e seis milhões no ativo. Considerava que o relatório não especificava muito bem, no que consistiam aqueles deferimentos. Calculava que devia de ser a expectativa tanto da parte do ativo como do passivo. _____

---Continuou dizendo que quando se fazia a certificação das contas eram referidas umas ações contra o Município de Tavira que podiam representar um prejuízo de oito milhões de euros. Considerava que todas as ações contra o Município deveriam estar reportadas no relatório de contas. Não sabia se existiam apenas duas ações instauradas contra a Câmara mas calculava que deveriam de existir muitas mais, pelo que, todas as ações deveriam ter uma repercussão a nível orçamental, como seria o caso de um simples muro, uma casa, que a Câmara podia

danificar numa qualquer obra e ter que pagar, como já tinha acontecido noutras situações em que ao executar uma estrada, se danificava um quintal, um muro ou até parte de uma casa tendo a Câmara que pagar. _____

---Para concluir disse que se em relação às duas ações mencionadas no relatório o prejuízo podia ser de oito milhões de euros, qual seria o prejuízo na soma de todas as ações movidas contra o Município e que não vinham reportadas no relatório. _____

---O Presidente da Câmara referiu que talvez fosse mais fácil e uma vez que ali estava presente, que o Revisor Oficial de Contas, Dr. Martins Correia, prestasse os esclarecimentos àquelas questões. _____

---O Dr. Martins Correia esclareceu que relativamente à questão dos deferimentos, se tratavam de questões da contabilidade patrimonial que diziam respeito a exercícios futuros. No caso do passivo, estavam relacionadas com os subsídios recebidos, subsídios comunitários recebidos e cuja contabilização daqueles proveitos só era efetuada há medida das amortizações do imobilizado. Era, portanto, a contabilidade patrimonial, algo diferente da contabilidade de caixa com as receitas e despesas, entradas e saídas de fundos. O balanço continha a contabilidade patrimonial, contabilidade de ativos e passivos que se iriam refletir nos anos futuros sendo aquela a razão dos deferimentos. _____

---Respondendo à outra questão que se referia à certificação das contas era evidente que a Câmara teria outros processos, contudo do ponto de vista de revisão de contas, eram processos relativamente normais e que o seu decurso não acarretaria responsabilidades significativas para a Câmara. Relativamente aos dois apontados e de acordo com a opinião jurídica dos advogados na qual se tinham baseado, não tinham obtido segurança suficiente, não dizendo que aquela responsabilidade seria efetiva mas também não deixando de avaliar se no futuro ela poderia ser desfavorável, pelo que, manifestavam apenas a incerteza quanto ao seu desfecho e por serem montantes bastante significativos, tinham resolvido fazer, não um desacordo mas uma limitação de âmbito sobre a qual não tinham emitido opinião. _____

---A Membro Isabel Santos referiu que pretendia ainda formular uma questão. Quando o Presidente da Câmara tinha mencionado que caso a EMPET fosse liquidada, a consolidação das contas tinha que ser efetuada, pensava que a consolidação já era obrigatória. _____

---A Vereadora Ana Paula respondeu que a consolidação só seria obrigatória se detivessem as empresas a cem por cento, o que não acontecia com nenhuma. Tinha tido uma formação sobre aquela questão e o que tinha sido dito, embora considera-se que a legislação poderia evoluir e,

muito possivelmente a longo curso ter-se-ia que fazer a consolidação, mas no momento presente não era obrigatória. A formação tinha sido ministrada por um representante da IGAL – Inspeção Geral da Administração Local que tinha frisado aquela temática. _____

----A Membro Isabel Santos referiu que aquela situação não estava reportada no relatório, pelo que, o passivo ainda seria muito maior. _____

----A Vereadora Ana Paula referiu que não estava nem tinha que estar porque a partir do momento em que a EMPET estava em equilíbrio não tinha que constar. _____

----O Presidente da Câmara referiu que considerava importante frisar que as Empresas Municipais estavam equilibradas sendo o seu ativo superior ao passivo, e aquela questão ir-se-ia aferir muito brevemente quando saísse a legislação do setor empresarial local onde o Governo iria querer extinguir o maior número de empresas públicas, municipais e, pelo exemplo que tinham em Tavira, onde existiam duas empresas, elas ir-se-iam manter dado que ambas tinham o ativo superior ao passivo e, pelo que tinha lido, aquele era o primeiro critério da Proposta de Lei. _____

----Acrescentou que queria referir uma questão sobre a intervenção do Membro Brandão Pires referente ao nível elevado das despesas fixas, nomeadamente, com pessoal, sobre a receita total corrente, porque, de facto, no atual momento cerca de quarenta e seis por cento da receita total era para pagar os funcionários. Até ao presente não tinham qualquer valor em dívida e nem queriam ter. Não se podiam financiar nem com a verba da água pois não tinham Serviços Municipais sendo essa verba da TaviraVerde que era uma entidade distinta da Câmara, não se estavam a financiar com a verba da Segurança Social referente às contribuições sociais que teoricamente eram de zero por cento de juros até noventa dias, passando, a partir daí, a constituir processo crime. Estavam a pagar integralmente, todos os meses, a Segurança Social, a Caixa Geral de Aposentações e a ADSE de todos os funcionários municipais que eram quinhentos e vinte, o que queria dizer que estavam a levar a sério todas as despesas de pessoal, a pagá-las integralmente, não podendo referir que esse fosse património comum de todas as Câmaras. Todavia, a Câmara de Tavira tinha tudo em dia. _____

----Continuou referindo que era claro que o Governo que já tinha referido algumas coisas, os subsídios de férias e de natal para quem recebesse mais de seiscentos euros, seriam receitas do Estado e Municipais. Não queriam ficar com o dinheiro dos funcionários, mas o Governo dizia que liquidassem as dívidas superiores a noventa dias. Havia muitas interpretações, mas globalmente a questão era aquela. As horas extraordinárias eram pagas a vinte e cinco por

cento o que não considerava um incentivo para a prestação de horas extraordinárias. Tinham suspendidos medidas como ajudas de custo e tudo o que fosse componente de despesa, mas não era permitido despedir na Função Pública apesar de considerar que o que iria acontecer era que, seguramente, passariam pela situação de mobilidade partindo para rescisões amigáveis, o que considerava uma maldade. Anteriormente existia um quadro de mobilidade apenas para Organismos extintos mas o quadro de mobilidade atual tinha como finalidade o despedimento. _____

----O Presidente da Câmara acrescentou que o realizado tinha sido com responsabilidade pois, como os membros sabiam, tinham proativamente não integrado no quadro um conjunto de contratados, engenheiros e arquitetos do DUPOM – Departamento de Urbanismo, Projetos e Obras Municipais e técnicos na área da cultura que gostariam de manter a trabalhar, mas que não tinha sido possível por, como os concursos não podiam e não tinham “*cartas marcadas*” sendo públicos, nada lhes garantia que fossem aqueles funcionários a entrar para o quadro, razão porque não tinham aberto concursos e as pessoas não tinham, objetivamente, visto os seus contratos renovados embora o tivessem feito até ao limite das renovações. Tinham assim reduzido cerca de vinte pessoas no quadro da Câmara. Presentemente tinham apenas funcionários públicos com contratos de trabalho de funções públicas, como se chamavam atualmente, e aguardavam o que iria acontecer. _____

----Porém se não reduzissem a despesa fixa no contexto em que estavam a trabalhar e seguindo a linha do Membro Brandão Pires, certamente que tudo iria ficar muito complicado, pelo que, tinham tentado tudo para conseguirem ter contratos mais baratos, tinham celebrado contratos de tudo para que com os novos contratos gastassem menos, contudo a despesa fixa era enorme. _____

----Tinham um parque automóvel que estava a ficar envelhecido e que consumia muitos euros. Tratavam-se de cem viaturas que não conseguiam substituir por não poderem fazer um leasing, porque, presentemente, ninguém comprava veículos e para fazerem um ALD – Aluguer de Longa Duração que ao tratar-se de um contrato de locação tinham que solicitar autorização ao Ministério das Finanças devido a terem ultrapassado o endividamento. _____

----Assim havia um conjunto de perspetivas, de dificuldades, que sabendo o que devia ser feito, a legislação atual impedia-os completamente. O Governo tinha começado o ano a efetuar cortes na verbas para a Administração Local, tendo a Câmara de Tavira ficado com menos trezentos e noventa e sete mil euros referentes ao Fundo Geral Municipal que se tinha refletido

nas transferências para as Juntas de Freguesia que também tinham sofrido um corte de oito vírgula cinco por cento. Assim, todos tinham menos verba sendo as Junta de Freguesia penalizadas num total de cerca de quinze por cento. No início do mandato as transferências do Estado para os Municípios tinham sido menores, as receitas tinham vindo a cair e para culminar, ninguém tinha pedido que fosse efetuada a avaliação dos imóveis, medida da qual nem era adepto pois as matrizes iriam ser multiplicadas por sete ou oito para incidirem num imposto que considerava abusivo e em alguns casos um estupro total e, que conduzia a situações de incumprimento porque as pessoas não podiam pagar às Câmaras, o mesmo acontecendo aos empresários, com todas as casas que tinham para vender. Ninguém tinha pedido aquela medida, mas como era uma medida da Troika, o Governo tinha-a implementado e, embora a receita do IMI só se viesse a refletir no ano seguinte, e veriam com que nível de incumprimento, as Câmara recebiam presentemente menos cinco por cento nas transferência do IMI para que o Governo liquidasse as avaliações por eles pensadas. Na Câmara de Tavira aquela percentagem representava perto de trezentos mil euros. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia mais alguma questão sobre aquele ponto, que não se verificando, colocou a proposta a votação. _____

----A proposta foi aprovada com vinte votos a favor e dez abstenções. _____

----Para dar seguimento à Ordem de Trabalhos passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 61/2012/CM, referente ao Regulamento de Atividades Diversas – Alteração e, devolveu a palavra ao Presidente da Câmara para que explicasse. _____

----O Presidente da Câmara referiu que aquele regulamento estava relacionado com o Licenciamento Zero que tinha sido adiado. O Governo tinha-se decidido por uma medida, o Licenciamento Zero, que só iria contribuir para que a Câmara perdesse ainda mais dinheiro, mas tinha sido adiada. _____

----A proposta já tinha sido sujeita a consulta pública, já tinham recebido contributos e, informava o Membro Rui Horta que a taxa, entre o inglês e o português era a mesma. _____

----O Membro Rui Horta disse que queria apenas deixar como nota que até ao termo do prazo estabelecido não tinha havido qualquer proposta de alteração pelo público em geral ou sido formulada pelos serviços, pelo que, o único contributo tinha sido o seu. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que o proposto pelo Membro já estava incorporado e que a Vereadora Ana Paula já tinha dito que ia assumir aquela questão. _____

----O Membro Rui Horta acrescentou que apenas estava a ler o que constava na proposta e que não tinha sido feita nenhuma reformulação pelo público nem qualquer comentário pelos serviços. _____

----A Vereadora Ana Paula informou que a alteração já tinha sido efetuada por ela. _____

----O Membro Rui Horta referiu que ficava satisfeito por verificar que o único contributo na Cidade de Tavira tinha sido o seu. _____

----O Presidente da Assembleia após verificar que ninguém se queria pronunciar, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia informou que o ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 62/2012/CM, referente ao Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade – Alteração, tinha sofrido uma pequena alteração com o aditamento na proposta do número catorze que passava a ler. *«Até à entrada em funcionamento do “Balcão do Empreendedor” as pretensões que nele devam ser transmitidas, seguirão os termo do procedimento de licenciamento previsto do presente regulamento»*. _____

----A Vereadora Ana Paula referiu que o ponto aditado queria dizer que como a legislação relativa ao Licenciamento Zero tinha sido adiada porque o Balcão do Empreendedor não estava devidamente desenvolvido pela AMA – Agência para a Modernização Administrativa, e tendo tomado conhecimento daquele facto no dia anterior, tinham decidido colocar aquela salvaguarda na proposta porque não tinham obrigatoriamente que adotar a legislação do Licenciamento Zero, situação que podia ser útil no contexto atual não perdendo assim algumas receitas de publicidade. Naquele contexto tinham resolvido fazer uma salvaguarda e alterar as propostas naquele mesmo dia que, pelo facto, pedia desculpas mas considerava pertinente. ____

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma questão. Colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O ponto número nove referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 63/2012/CM, referente ao Procedimento para a Aquisição de Energia Elétrica em Regime de Mercado Liberalizado, ao Abrigo do Acordo Quadro N.º AQ18-ENE-2011 – Lote 5, da ANCP para Instalações Alimentares em Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), nos Termos do Artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos. _____

----O Presidente da Câmara afirmou que aquela medida não suscitava grande problema. Tinha um contrato com a EDP – Eletricidade de Portugal que oportunamente iria ser apresentado

naquela Assembleia para conhecimento de um trabalho que estavam a realizar. Tinham dois grupos de trabalho constituídos por funcionários da Câmara, não precisando de consultores, pois os funcionários da Câmara constituíam um grupo de trabalho para a poupança de energia elétrica e outro para a poupança no consumo de água. Ambos já estavam a trabalhar com as respetivas entidades para a criação de medidas ativas de poupança. _____

----O trabalho referente à poupança de eletricidade já estava muito mais desenvolvido pois tinham estado a trabalhar com os Presidentes de Junta, com as Forças de Segurança, pelo que, pensava que na Assembleia Municipal seguinte estariam em condições de fornecer os primeiros dados consolidados daquele grupo de trabalho, um grupo Municipal para tentar não apagar todas as luzes em simultâneo como acontecia nalgumas terras. Se, se deslocassem de Tavira para Faro, pelas cinco horas da manhã, principalmente a partir de Olhão, para mencionar uma Câmara socialista, estava tudo apagado na Avenida principal. Tavira ainda não tinha apagamentos daquela forma tão radical porque estavam a ser implementadas um conjunto de medidas para verificarem a hipótese de conseguirem poupar sem ter que fazer um apagamento total. _____

----Esperava poderem discutir a questão na Assembleia Municipal seguinte, para o que pretendia distribuir um documento com as medidas, e um relatório com alguns resultados. ____

----O Governo obrigava os Municípios ou os compradores/gastadores de eletricidade a fazerem um contrato, para o qual, tinham que fazer o lançamento na Plataforma dos Concursos Públicos. Havia três empresas prestadoras daquele serviço, a EDP, a GALP e a IBERDROLA, pelo que, iriam fazê-lo em cumprimento da lei, mas o resultado que os outros Municípios estavam a obter era que os concursos ficavam desertos e as Câmaras acabavam por contratar a EDP. _____

----Aquela repartição de encargos, era pois, para cumprirem a lei e não terem problemas por não efetuarem o concurso. O que se tinha apercebido, na última reunião da Associação de Municípios, era que para algumas Câmaras tinha sido uma verdadeira perda de tempo. Não eram a primeira Câmara a fazer o procedimento pois, algumas já até o tinham terminado, mas tinham-se deixado ficar para poderem observar qual era a experiência dos outros e, presentemente, iriam ter que o fazer em cumprimento da lei. _____

----Não se verificando qualquer questão, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Relativamente ao ponto número dez da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação

da proposta da Câmara Municipal número 64/2012/CM, referente ao Ajuste Direto – Aquisição de Gás Propano em Botija – Repartição de Encargos, referiu que na anterior reunião tinham votado uma proposta sobre o gás a granel e que aquela era para o gás de botija. _____

----Colocada a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. _____

----O ponto número onze referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 65/2012/CM, referente ao Parecer Prévio Vinculativo para a Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica a Equipamento e Rede Informática Local e Repartição de Encargos. Tratava-se da rede dos serviços da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara reafirmou que tinham que combater a despesa fixa. Assim, aquele contrato sobre o qual iam deliberar significava uma redução do contrato de assistência técnica que naquele momento tinham para a manutenção das redes informáticas da Câmara Municipal, como o sistema do Workflow, Outlook e outras redes, relativamente às quais pensavam que iriam poupar quarenta por cento em relação ao custo atual. Tinham chegado aos quarenta por cento depois de analisarem as vertentes da prestação de serviços, dispensado o que era absolutamente supérfluo para uma boa prestação de serviços e negociado com a empresa no sentido de baixarem o preço se pretendessem manter o contrato. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma questão sobre a repartição de encargos. _____

----O Membro Rui Horta referiu que a crise era abençoada pois permitia ver que se estava, há anos, a gastar com uma prestação de serviços, quarenta por cento a mais do que o devido, pelo que, seria caso para dizer: *“Abençoada crise, há muito para poupar ainda”*. _____

----O Presidente da Câmara respondendo, disse que a crise era abençoada pois permitia corrigir algumas asneiras porque quando uma empresa era contratada por ajuste direto, pagavam o que a empresa pedia, pois quando havia liquidez era assim. Acrescentou que também era bom saberem que na Câmara Municipal de Tavira haviam contratos de água que estavam a pagar à TaviraVerde, contratos de luz que estavam a pagar por outros, cerca de vinte linhas telefónicas que ligavam e desconheciam quem atendia, mas que pagavam à PT, um conjunto de situações que estavam a pagar, ou seja, que o povo estava a pagar e eram situações sem critério que tinham vindo a somar. _____

----Disse ainda, que alguém tinha que fazer aquele trabalho e tinha-lhe calhado a ele liberar uma equipa que tinha que verificar todas as contas e adiciona-las por falta de critério de quem tinha estado antes dele. _____

---Concluiu dizendo que tinha sido Membro da Assembleia Municipal e não se recordava do Membro Rui Horta, que na altura já estava na bancada do PSD, dizer à gestão anterior que negociasse melhor porque apesar de existir liquidez, tinham que poupar. Era isso que deveria ter dito porque era o que ele próprio tinha feito várias vezes quando estava na oposição. _____

---O Membro Rui Horta disse que gostaria de acrescentar que lhe parecia ser a história do Pedro e do Lobo, já que o Presidente da Câmara os ia habituando, ao mencionar em todas as sessões da Assembleia Municipal em que se falasse de despesa, que a culpa era de quem ali não estava para se defender, ou pelo menos, para exercer o contraditório, contudo, de qualquer forma, parecia-lhe bem assim porque ficava satisfeito por saber que com uma simples análise conseguiam poupar quarenta por cento numa questão, mais vinte por cento noutra, o que significava que, ou estava tudo mal feito, ou que a crise aguçava o engenho sendo esse engenho que tinham que por a trabalhar. Apostava mais na segunda hipótese. _____

---O Membro José Manuel do Carmo referiu que a segunda era a resposta à primeira hipótese.

---O Membro Rui Horta obstou dizendo que não era mas que de qualquer modo a poupança era sempre bem vinda. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que só era de lamentar que a poupança fosse bem vinda devido à crise. _____

---O Membro José Alberto mencionou que o direito ao contraditório existia por parte da bancada do PSD, pois eram os membros daquela Assembleia que validavam as opiniões do Executivo, portanto não seria pelo facto do Membro do anterior Executivo não estar presente que não existia contraditório, mas porque no momento presente o PSD não era maioria ao contrário de anteriormente, cujas opiniões tinha validado. Assim, o contraditório existia, tanto no momento presente, como sempre, porque era a Assembleia que mandava nos destinos do Concelho. _____

---O Presidente da Câmara informou que apenas queria fazer um reparo. Não querendo fazer juízos de valor sobre os que o tinham antecedido, o que referia era de tinham efetuado um corte na despesa de três milhões e cem mil euros, valor esse, que só tinham conseguido através de um trabalho metódico e verificando conta a conta. Nada tinha a ver com as pessoas que tinham gerido a Câmara. Era evidente que de forma indireta assim poderia ser considerado porém, não era aquele o seu propósito. O que estavam a falar era sobre formas de trabalhar porque também já tinha estado numa organização que se chamava Segurança Social e quando havia dinheiro ou alguém pagava as contas, a tendência era para se irem adicionando coisas.

Considerava que era uma prática errada. Era evidente que a necessidade aguçava o engenho todavia, também não podiam dizer que aquele trabalho que estavam a realizar, de total controlo das contas, não prestava, pois tal não era verdade. Tratava-se de um trabalho importante, metódico que era efetuado pelos funcionários da Câmara, com responsabilidade, e que tinham que verificar rubrica a rubrica o que só tinha sido possível realizar porque tinham adotado ao longo dos tempos a contabilidade de custos. Nada tinha a ver com questões pessoais, pois não estava minimamente no seu propósito entrar por aquele campo, visto considerar que não era aquele o caminho. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que ia colocar a proposta a votação. A mesma foi aprovada por unanimidade. _____

----Referiu que iriam entrar no aditamento, composto por seis pontos, pelo que propunha a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, o que foi aceite pelos membros. _____

----Passados os cinco minutos, o Presidente da Assembleia reiniciou os trabalhos com o ponto número um do aditamento relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 67/2012/CM, referente à 1ª. Revisão ao Orçamento e passou a palavra à Vereadora Ana Paula para que explicasse. _____

----A Vereadora Ana Paula disse que o motivo daquela revisão estava relacionado com a integração do saldo de gerência que era uma questão que estava prevista em POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais. Já no final do ano anterior o tinham feito relativamente ao orçamento e apresentado na Assembleia de dezembro. No corrente ano, estavam a fazê-lo mais cedo porque a legislação que ia sair da Lei dos Compromissos permitiria que aquele saldo fosse acrescentado aos fundos disponíveis o que iria dar uma margem de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros para trabalhar em prol da comunidade. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se alguém se queria pronunciar, que não se verificando, colocou a proposta a votação tendo esta sido aprovada por unanimidade. _____

----Passou à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 73/2012/CM, referente à Alteração ao Artigo 4º do Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Tavira, tendo solicitado ao Presidente da Câmara que explicasse. _____

----O Presidente da Câmara disse que a questão era muito simples. Tinham efetuado uma alteração ao regulamento que permitia a junção de dois espaços, fossem eles bancas do Mercado Municipal que já existiam ou lojas, pelo que, a designação passava a referir-se à agregação de espaços de bancas e lojas. Tinham alterado o regulamento para outra finalidade

que não bar e estavam, presentemente, a permitir aos empresários que os espaços laterais ao Mercado pudessem também ser destinados a outras atividades, não apenas numa loja mas em duas para permitirem, de alguma forma, uma diversificação da aposta do Mercado por considerarem a zona especial de animação noturna, um erro e, atualmente estavam a tentar diversificar o Mercado. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria referir alguma coisa sobre aquele ponto e, não se verificando, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _

----Disse que o ponto número três do aditamento sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 74/2012/CM, referente ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Versão Final era a versão final do novo regulamento que continha algumas alterações. _____

----Perguntou ao Presidente da Câmara se queria tecer algumas considerações sobre o tema e passou a palavra. _____

----O Presidente da Câmara disse que pretendia realçar que já tinham um regulamento de urbanização e edificação, pelo que, apenas o tinham adaptado aos tempos atuais. Acrescentou que o que se permitia frisar era que aquela se constituía como uma medida que tinha ficado esquecida no anterior regulamento, levando todo aquele tempo para ser corrigida, e estava relacionada com o Plano do Perogil e haviam outras medidas que os membros poderiam comparar. O regulamento dizia que para a apreciação de projetos o empresário tinha que pagar, como os que eram construtores sabiam, a avaliação de um projeto por metro quadrado o que considerava uma “*barbaridade*” porque pagavam muitas vezes, quase tanto para a avaliação dos projetos como para o levantamento da licença. Na prática, tratava-se de um duplo pagamento de legalidade muito duvidosa. Todavia quando havia dinheiro era tudo muito fácil não se verificando problemas de financiamento bancário. Presentemente, tinham eliminado aquela taxa passando a existir uma única taxa para a avaliação de um projeto de edificação cujo valor rondava os cem euros. _____

----Tinham assim, voltado ao patamar anterior, sendo que os projetos pagavam uma taxa de cerca de cem euros e não milhares de euros calculados com base na permissão por metro quadrado e depois, obviamente, uma vez avaliado o projeto e sendo deferido pagavam a taxa de licenciamento no esquema das taxas de urbanização, acrescida dos valores das compensações para o Município, e que constituíam as duas componentes ali existentes. _____

----A principal novidade daquele documento estava relacionada com o Plano de Pormenor do

Perogil que se tratava de uma grande confusão jurídica. Quando tinham chegado à Câmara, tinham um conjunto substancial de proprietários que tinham comprado uma periculação, um conjunto de terrenos com um valor simpático de aquisição que tinha constituído um bom negócio mas que não conseguiam registar, pelo que, nada valiam, não podendo se vendidos ou edificados. _____

----A estratégia do Município tinha sido tentar resolver aquela questão por partes. Tinha falado com o Conservador no sentido de registar e, tinham tentado fazê-lo de duas formas, mas o Conservador porque tinha dúvidas, não efetuou o registo. Depois, tinham tentado dividir o terreno por partes, a poente e a nascente, tendo conseguido resolver a parte poente, para a qual tinham gasto uns milhares de euros, pois tinham contratado uma jurista que elaborou um plano. Assim, os três proprietários da parte poente já tinham registado os seus terrenos porque a Conservatória já tinha validado. _____

----O Presidente da Câmara continuou informando que, relativamente ao lado nascente, tinham um grande problema na periculação, pelo que, iriam efetuar nova periculação, uma periculação de segunda geração, que contemplava o registo automático. _____

----A novidade daquela tabela de taxas era que tinham efetuado aquelas periculações, pois o Executivo anterior tinha organizado o território, que na altura era novidade, mas tinha-se esquecido de colocar na tabela de taxas, ou naquele regulamento de edificação, como cobrava as mesmas. A questão não estava contemplada e, não estando contemplada mesmo com a questão jurídica resolvida, o urbanizador não conseguia levantar as licenças porque a Câmara não tinha forma de as cobrar. _____

----O regulamento tinha estado em avaliação, em consulta prévia e aquela era a versão final que ali apresentavam, associada a uma tabela de taxas, a um custo. Era a principal novidade porque no que se referia a periculações, em Tavira, passava a existir uma forma de registar, de identificar, de efetuar o pagamento da taxa correspondente à utilização do solo. Para o Município, aquele documento, entre outras coisas, permitia resolver o que tinha sido um grande desafio que lhes tinha sido colocado logo nos primeiros dias quando tinham iniciado funções em dois mil e nove. Obviamente, que os proprietários que tinham adquirido terrenos no Perogil estavam realmente preocupados, mas presentemente podiam avançar para uma segunda periculação pois haviam pessoas que tinham pedido empréstimos, pelos quais estavam a pagar juros elevados, para terem um terreno que valia dinheiro mas que enquanto o problema jurídico complexo não fosse resolvido, nada valiam. _____

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que aquele documento vinha resolver a parte final, resolvendo o problema definitivamente para alguns, constituindo-se aquela como a principal novidade. _____

----O Presidente da Assembleia verificando que não haviam intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número quatro do aditamento sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 75/2012/CM, referente ao Regulamento Municipal de Taxas, Tabela e Fundamentação – Versão Final. _____

----Informou, que aquele ponto também tinha tido uma pequena alteração à semelhança do ponto que já haviam tratado e que estava relacionada com o Licenciamento Zero. O aditamento ao capítulo três daquela proposta resultava do não funcionamento do Balcão do Empreendedor que só entraria em vigor no dia seguinte à publicação em Diário da República. _____

----Passou a palavra à Vereadora Ana Paula. _____

----A Vereadora Ana Paula explicou que a alteração daquele regulamento se tinha prendido essencialmente com a questão do Licenciamento Zero, pelo que, tornava necessária a revisão de algumas taxas que tinham deixado de existir, nomeadamente, vistorias e, também para os licenciamentos, sobretudo de estabelecimentos de bebidas, se tinham verificado algumas alterações. O regulamento e tabela de taxas tinham que conter anexado um estudo económico com os custos a que tinham chegado para efetuar uma avaliação de modo a que os utentes pudessem pagar o serviço prestado pela Câmara. Portanto, uma vez que o Licenciamento Zero implicava a mudança e novas formas de trabalhar era necessário efetuar novos cálculos, tendo essa sido a base. _____

----Tinham ainda, aproveitado para introduzir algumas pequenas alterações, algumas taxas para o aluguer do Parque de Feiras e Exposições que como os membros sabiam estava concessionado, não sendo da Câmara, pelo que, não tinha sido contemplado na anterior tabela de taxas. Integraram também, alguns pequenos alugueres e, citando como exemplo, aquela mesma sala que por vezes era pedida, normalmente para Associações sem fins lucrativos a quem não cobravam, mas se fosse solicitada por uma empresa, até à data não tinham como cobrar. Tinham ainda introduzido o aluguer de palcos que habitualmente não cobravam mas que ficava previsto caso equacionassem essa questão. _____

----Terminou dizendo que aqueles tinham sido os pequenos ajustamentos sendo a grande alteração o apresentado pelo Presidente da Câmara, ao retirarem definitivamente a taxa de

apreciação por metro quadrado. _____

----Colocada a votação pelo Presidente da Assembleia, a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

----A Vereadora Ana Paula pediu a palavra para acrescentar que o regulamento anterior tinha tido por base uma empresa que fizera um estudo económico. O estudo económico do presente regulamento tinha sido elaborado pela Chefe de Divisão Financeira o que tinha permitido poupar mais alguma verba. _____

----O Presidente da Assembleia referindo-se ao ponto cinco do aditamento, disse que também aquele tinha tido uma ligeira alteração, tendo a proposta sofrido um aditamento devido ao Balcão do Empreendedor. Passavam à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 76/2012/CM, referente à Alteração ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Tavira. Passou a palavra ao Presidente da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara referiu que com a aprovação daquele documento referente ao horário de funcionamento, em pouco mais de dois anos e meio, tinham alterado todos os regulamentos em vigor no Município de Tavira. Representava um enorme trabalho, muito metuculoso e que tinha envolvido muitos funcionários, muitas Divisões da Câmara, praticamente todos os serviços, porque tinham que ver todo o documento com sentido critico, verificar as lacunas de modo a poderem integrar e atender à nova realidade e compatibilizá-los com a legislação atual. _____

----Acrescentou que em dois anos e meio tinham criado uma nova tabela de taxas que integrava o Parque de Feiras e Exposições que não estava compreendido, e tinha havido imenso que fazer, imenso para absorver, porque apesar da anterior gestão ter tido um mandato de doze anos, mesmo assim, tinham conferido aqueles instrumentos básicos de gestão Municipal que pareciam simples, mas não eram, porque requeriam muitas opiniões, muito trabalho diário. Felizmente que com aquele documento, que era o último, todos os regulamentos que tinham tido que alterar estavam concluídos, pois eram instrumentos de gestão que permitiam desenvolver a atividade Municipal e dar resposta a todas as solicitações com que pudessem ser confrontados. _____

----Continuou dizendo que haviam dois documentos de planeamento que estavam a ser trabalhados por uma equipa do plano, equipa do Vereador Luís Nunes e, o PDM – Plano Diretor Municipal sobre o qual também estavam a trabalhar pois constituíam instrumentos de gestão

territorial do Município, para que todos os regulamentos ficassem concluídos em dois anos e meio, pois daqueles planos, que tinham que ser vistos com algum cuidado, muito dependiam a dinâmica da própria ocupação do território e questões relacionadas. _____

---O Presidente da Câmara referiu ainda, para completar, que a TaviraVerde tinha reduzido cinquenta por cento nas taxas de ligação em construções novas. Tratava-se de uma medida transitória que já tinha sido renovada pelo Conselho de Administração de modo a incentivar a construção. Aquela medida era revista de seis em seis meses, obviamente, porque se ia evoluindo, avançando e para não castigar os empreiteiros. _____

---Referiu também que aquele último regulamento estava relacionado com os horários de funcionamento de abertura dos espaços de venda ao público, como cafés, restaurantes e outros, e que, na prática, vinha consolidar algo que os membros já sabiam, e que era a abertura até às duas horas da manhã e aos fins de semana, às três da manhã, para que Tavira se pudesse adaptar ou ter horários adequados ao Algarve, como em todas as terras. Considerava que tinham deixado de ser uma terra que fechavam às dez ou meia noite, tentando ter uma compatibilidade no horário e dando um ar de modernidade. _____

---Obviamente que aquela situação trazia outros perigos, mas felizmente com o trabalho desenvolvido por muitos que estavam verdadeiramente interessados em questões de segurança e, com o trabalho dos empresários que tinham percebido a questão, estando por isso, a tentar aproveitar ao máximo o que a noite podia dar, o que o negócio noturno podia dar, criando postos de trabalho e explorando o que o Verão, a noite davam. Realçava ainda, o trabalho desenvolvido pelos Presidentes de Junta que se tinham mantido sempre atentos e com sentido crítico, dizendo sempre, nomeadamente ao Presidente da Câmara, o que entendiam sobre alguns perigos, constrangimentos, questões de segurança e, sobretudo, o trabalho das forças de segurança. _____

---Afirmou ainda, que um dos grandes perigos era a Ilha de Tavira que tinha aqueles horários desde que tinham tomado posse e não tinham ocorrido problemas de maior, tendo deixado de ter aquelas intervenções "*musculadas de shotguns*". No seu mandato tinha havido uma intervenção daquela natureza, sobre a qual tinha reclamado de imediato e, felizmente, tinha imperado o bom senso e a calma, o que esperava que se mantivesse, porque o que queriam era que o negócio se fizesse com tranquilidade para que Tavira fosse conhecida como um destino seguro, candidata a Património da Humanidade que seria declarada, seguramente, em novembro do ano seguinte, já após as eleições, pelo que, considerava que havia um muito

grande trabalho a ser realizado para poderem certificar Tavira como merecia, ou seja, um destino autêntico, e era isso que tinham que fazer. _____

----Terminou dizendo que apenas tinha querido referir aquele trabalho porque ao fazê-lo estava a valorizar muitos dos funcionários da Câmara que pareciam que não faziam mas até faziam, pois alterarem todos aqueles regulamentos em simultâneo ao cumprimento das suas outras funções, considerava que era importante frisar, pois tudo tinha sido feito pelos funcionários não tendo sido consultado quaisquer consultores ou empresas, cujos honorários eram elevadíssimos para elaborarem o que as pessoas que trabalhavam na Câmara sabiam fazer e, quando tinham sido contratadas, muitas vezes tinham-no sido por aquele motivo mas muitos esqueciam-se disso. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma questão, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número seis e último do aditamento que tratava da apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 78/2012/CM, referente ao Ajuste Direto – Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Fotocopiadoras e Locação de Equipamentos com Opção de Compra – Repartição de Encargos. _____

----Verificando que não havia intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Para cumprimento do regimento daquela Assembleia disse que ia passar a palavra ao público, que como sabiam podia intervir desde que não se referissem a qualquer assunto tratado na Ordem do Dia daquela Assembleia e que, caso alguém quisesse intervir fizesse o favor de se identificar. _____

----O Presidente da Assembleia, verificando que não haviam intervenções, deu por encerrada a sessão pelas zero horas e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,

